

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Juventude apática ou marginalizada? Um estudo de caso sobre a Guiné-Bissau

Djenabu Mané

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Juventude apática ou marginalizada? Um estudo de caso sobre a Guiné-Bissau

Djenabu Mané

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Ana Lúcia Sá, Professora Auxiliar, Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP), ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

## **Dedicatória**

Aos meus conterrâneos que se viram aprisionados nessa longa transição geracional



## **Agradecimentos**

Sou infinitamente grata aos meus pais pelo apoio e investimento no meu percurso académico e a todos os que direta ou tacitamente contribuíram para esta trajetória e por extensão à materialização desta dissertação que concorre para a obtenção do título de mestre em Estudos Africanos pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa.

Gostaria de agradecer singularmente à minha orientadora e também diretora de curso, professora Ana Lúcia Sá, pelo acolhimento e solicitude na minha adaptação à nova realidade académica, pela desenvoltura em sala de aula e, sobretudo, pela química e compreensão como orientadora. Às professoras Edalina Sanches e Clara Carvalho, das quais tenho boa memória. Ao professor Roberto Sousa Cordeiro do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Lusófona da Guiné - ULG, por me persuadir ao desafio do mestrado e suscitar o interesse pelos Estudos Africanos.

Aos meus colegas, companheiros desta empreitada, notadamente, Maria Smith (que sempre me enxergou além das minhas limitações), Juelson, Pablo Calderón, Sana Marques, Nelsio Correia pelo companheirismo e pelas trocas de impressão sobre variados assuntos e sobre África e Guiné-Bissau.

Aos amigos com quem pude contar para a partilha dos questionários de pesquisa online, especialmente, Mashood e Ussumane (Ussoy), pela disposição e solidariedade. Aos conhecidos de longa data e ex-colegas de turma que se dispuseram a responder aos questionários com uma frase de incentivo no final.

Não podia deixar de agradecer ao Júlio Biquer, camarada e amigo, por me desafiar obstinadamente a superar as minhas limitações e pelo respaldo contínuo e incondicional na minha caminhada. À minha sobrinha Mariatu Baba, pelo ótimo acolhimento em Lisboa e solicitude.

## **Resumo**

A participação política é uma forma de engajamento político ativo, de um papel substancial na inclusão social dos indivíduos. Os jovens, como as mulheres e certos grupos sociais, pela percepção que lhes é atribuída socialmente, estão historicamente posicionados à margem da sociedade, apesar da inclusão social ser um dos pilares da democracia e a protuberância juvenil exigir a inclusão sociopolítica dos jovens. Na Guiné-Bissau, a juventude desempenha um papel político importante, tanto na sociedade civil quanto nos partidos políticos, como ativistas, membros de partidos políticos ou comparecendo as eleições. No entanto, a sua criatividade, dinamismo e capacidade de inovação é negligenciada, considerando a baixa percentagem de jovens que ocupam cargos de liderança política no país, o que evidencia a marginalização da juventude na governação. A dissertação analisa a tendência de participação política da juventude, tendo em conta o aparente *desengajamento* político da juventude africana apurado nas conclusões da 6ª ronda de pesquisas do Afrobarómetro em 2016 e identifica os entraves a sua representação nos lugares cimeiros da esfera pública, partindo da África Ocidental para o caso da Guiné-Bissau. Fazendo uso de dados qualitativos e quantitativos, a dissertação conclui que, apesar da vulnerabilidade e marginalização estrutural que permeia uma agência ativa dos jovens e sua normal transição para a vida adulta, a juventude guineense é politicamente engajada, observando que a adoção de políticas de inclusão e representação dos jovens na política formal é uma solução ideal para a marginalização da juventude.

**Palavras-chave:** Juventude, participação política, África Ocidental, Guiné-Bissau.

## **Abstract**

Political participation is a form of active political engagement that plays a significant role in the social inclusion of individuals. Historically, young people, as well as women and certain social groups, have often found themselves positioned on the fringes of society due to social perceptions, even though social inclusion is a fundamental pillar of democracy. The youth bulge underscores the necessity of socio-political inclusion for young people. In Guinea-Bissau, young people play an essential political role, both in civil society and within political parties, serving as activists, party members, or by running for elected positions. However, their creativity, dynamism, and capacity for innovation are often overlooked, as reflected by the low percentage of young people in key political leadership positions in the country. This underscores the marginalization of youth in governance. The dissertation analyzes the trend of youth political participation, taking into account the apparent political disengagement of African youth as indicated in the conclusions of the 6th round of Afrobarometer surveys in 2016. It also identifies the obstacles to their representation in top positions in the public sphere, beginning with West Africa and then focusing on the case of Guinea-Bissau. By utilizing qualitative and quantitative data, the dissertation concludes that, despite the vulnerability and structural marginalization that affect young people's active agency and their transition to adulthood, Guinean youth are politically engaged. It notes that the adoption of policies to include and represent young people in formal politics offers an ideal solution to address youth marginalization.

**Keywords:** Youth, political participation, West Africa, Guinea-Bissau

## Índice geral

<b>Agradecimentos</b> .....	i
<b>Resumo</b> .....	ii
<b>Abstract</b> .....	iii
<b>Glossário de siglas e acrónimos</b> .....	vi
1. Introdução .....	11
2. Revisão da literatura .....	14
<b>2.1. Definição de juventude</b> .....	14
<b>2.2. Protuberância juvenil versus marginalização</b> .....	17
<b>2.3. Juventude, participação política e seus desafios</b> .....	23
<b>2.4.1. Participação política de jovens em partidos</b> .....	26
<b>2.4.2. Participação política não institucionalizada</b> .....	28
3. Desenho da pesquisa .....	30
<b>3.1. O caso da Guiné-Bissau</b> .....	32
<b>4. Resultados e análise</b> .....	36
<b>5. Conclusão</b> .....	45
<b>Referências bibliográficas</b> .....	47
<b>Anexos</b> .....	53
<b>Anexo 1. Questionários para os líderes de Partidos Políticos</b> .....	53
<b>Anexo 2. Questionário para líderes das Organizações Juvenis de Partidos Políticos</b> .....	54
<b>Anexo 3. Questionário para líderes das organizações juvenis da sociedade civil</b> .....	56

## **Índice de quadros e figuras**

Quadro 1. As gerações de Wasburn

Quadro 2. Fases da juventude africana

Quadro 3. Características da exclusão/marginalização

Quadro 4. Formas de participação política

Quadro 5. Barreiras a participação política dos jovens em África

Figura 1. Características dos respondentes

Quadro 6. Confiança nas instituições políticas

Quadro 7. Confiança na imprensa nacional

Quadro 8. Preferências sobre faixas etárias de transição

Quadro 9. Eficácia da juventude

Figura 2. Gráfico de classificação de interesse na política

Quadro 10. Instituição de cotas para jovens

Quadro 11. Sub-representação da juventude

Quadro 12. Ativismo digital

Quadro 13. Em que plataforma online se discute mais política na Guiné-Bissau?

Quadro 14. Contribuição dos ativistas políticos guineenses

Quadro 15. Áreas a privilegiar na governação

## **Glossário de siglas e acrónimos**

ANP - Assembleia Nacional Popular

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

UA - União Africana

CRGB - Constituição da República da Guiné-Bissau

FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População

INE - Instituto Nacional de Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

DENARP - Documento de Estratégia Nacional de Apoio à Redução da Pobreza

UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids)

BM – Banco Mundial

## 1. Introdução

A participação política da juventude tem sido um importante tema de debate na avaliação da qualidade da democracia, quer na literatura académica quer ao nível das intuições políticas internacionais. O mundo atual exige cada vez mais a inovação da política para a inclusão dos jovens nas tomadas de decisão que irão moldar o seu futuro (PNUD, 2022). A África Ocidental<sup>1</sup> é um contexto atraente para um estudo sobre participação política juvenil devido às dinâmicas de transição política, “fraturadas, estagnadas ou disfuncionais”, nos países que compõem essa região e que oferecem um campo fértil para avaliar a hipótese de exclusão e vulnerabilidade dos jovens como desafios de desenvolvimento e segurança (Ismail et al., 2009). Atualmente, o mundo conta com mais de oito mil milhões de pessoas (FNUAP, 2023), representando África cerca de 20%, com 1,4 mil milhões de pessoas. É o continente com a segunda maior proporção de jovens do mundo (20,3%), depois da Ásia (59,4%), com uma idade média de 12,2 anos (Fundação Mo Ibrahim, 2023). Nos círculos públicos, essa protuberância juvenil<sup>2</sup> é alarmante e conotada a desafios de instabilidade política e violência (FNUAP, 2023). Mas é também uma oportunidade substancial para o desenvolvimento de uma nação (FNUAP, 2013) quando sustentados por políticas eficazes (Lee & Mason, 2006). Não obstante, continuam na periferia do poder em detrimento da velha geração (Gyampo & Anyidoho, 2019).

Nas últimas duas décadas, emergiu um debate importante sobre a apatia política dos jovens, refletindo preocupações de instituições políticas e da ordem política mundial sobre o declínio da democracia. Assim, a relação entre juventude e participação política levanta discussões paradoxais baseadas nas teses de apatia política e política não institucionalizada (ver O'Toole et al. 2003, Henn et al. 2005; Augusto, 2008). É importante uma reflexão sobre os contornos dessa relação paradoxal para compreender como os jovens são afetados pela marginalização política e o seu reflexo para as instituições políticas e o mundo. Atualmente, está em curso uma transformação sobre o entendimento desta relação juventude e participação política. No limiar deste século, a teoria predominante é a de apatia política justificada como uma consequência de mudança de valores que induziram os jovens ao individualismo afastando-se cada vez mais da política. Mas atualmente, a ideia dominante é a de que o afastamento dos jovens da política é uma escolha consciente, em detrimento de ações comprometidas com o bem-estar social para além das fronteiras e da esfera pública convencional (Farthing, 2010).

Para compreendermos melhor o tema, é importante deslocarmo-nos para o contexto local para articular o entendimento internacional com o local. Deslocando para o âmbito regional e local, a participação política da juventude na Guiné-Bissau, como em muitos outros Estados da Comunidade

---

<sup>1</sup> Uma das cinco regiões geográficas da África, situada ao sul do Saara, estendendo-se a oeste até o Oceano Atlântico e composto por 16 países: Benim, Burquina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

<sup>2</sup> Proeminência de pessoas em idade ativa numa determinada população. Essa proeminência é avaliada de acordo com a faixa etária de transição geracional adotada em cada contexto.

Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)<sup>3</sup>, continua a ser limitada em consequência de um acervo de fatores políticos e socioeconómicos que impedem os jovens de desenvolver o seu potencial, militando-os a vulnerabilidade e marginalização, como referido na nota conceptual da Iniciativa da CEDEAO sobre a liderança dos jovens e Desenvolvimento no sector da energia (Centro para Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO - ECREEE, 2015). Na Guiné-Bissau os jovens permanecem minimamente incluídos e representados nas instituições políticas convencionais. O entendimento é de que a velha geração mantém a esfera pública impermeável a plena integração dos jovens. A conquista da independência em 1973 catapultou ao poder indivíduos, na sua maioria em idade ativa, que estiveram envolvidos na luta de libertação nacional e que transformaram o Estado num regime de partido único (1973-1991), limitando o exercício de liberdades civis. A marginalização política, desde então, foi se enraizando, ainda mais com as crises económicas e políticas que se tornaram cíclicas ao longo dos anos e que acabaram por afetar as camadas mais vulneráveis da sociedade, na sua maioria, jovens e mulheres, apesar de várias políticas e programas implementados a nível internacional em apoio aos Estados para remediar esta situação. Embora as organizações internacionais imputem orientações para moderar a sub-representação política dos jovens e mulheres através de políticas e programas dedicados à inclusão sociopolítica dos jovens a nível regional, sub-regional e nacional, a marginalização ocorre de forma implícita através de determinantes subjacentes a conquista e manutenção do poder político (capital político, económico e social), trunfos das quais os jovens e mulheres carecem.

Apesar da Guiné-Bissau ser signatária da Carta Africana da Juventude<sup>4</sup>, instrumento que celebra o compromisso estatal/institucional da União Africana (UA) com a juventude, adotada há cerca de duas décadas, na Sétima Sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA em 2006, a inclusão sociopolítica dos jovens revela um quadro crítico. Volvidos onze legislaturas desde a abertura democrática em 1991, só nesta XI<sup>a</sup> legislatura, houve uma representação parlamentar de *jovens*<sup>5</sup> relevante, com cerca de 10 deputados com menos de 50 anos. As deficiências ao nível do sistema educativo guineense, torna os jovens ineptos para enfrentar o mercado de trabalho, afundando-os no desemprego (PNUD, 2022), o que concorre para a vulnerabilidade dos jovens e, através disso, experimentam desigualdade e marginalização, acabando ocasionalmente em recorrer a migração (PNUD, 2023) ou a instrumentalização política e envolvimento em subculturas juvenis e outras praticas quotidianas de sobrevivência nem sempre lícitas.

Apesar das deficiências prevaletentes ao nível do sistema do ensino, os programas de apoio ao setor educativo têm contribuído para o aumento de aquisição de competências. Assim há cada vez mais

---

<sup>3</sup> A CEDEAO é uma das Comunidades Económicas Regionais da África que congrega 15 (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guine, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Togo e Senegal, Cabo Verde) dos 16 países que compõem a África Ocidental como membros de pleno direito e 1 (Mauritânia) como membro associado.

<sup>4</sup> A Guiné-Bissau assinou a Carta africana da juventude a 17 de junho de 2008, ratificou-a a 31 de julho e depositou-a a 14 de outubro do mesmo ano (UA, 2023)

<sup>5</sup> Coloco em itálico pelo fato de que esses ditos jovens não são da faixa etária definida a nível regional e por consequência, nacional, que é de 15-35 anos. Mas, no contexto nacional, são considerados jovens.

jovens com habilitações académicas superior sem emprego, o que concorre para tumultos sociais, como foi o caso da primavera árabe. No entanto, ao nível em que a questão da marginalização política dos jovens é abordada na Guiné-Bissau poderá contribuir para colmatar a sub-representação política, elevar o nível de debate nas instituições políticas convencionais e, conseqüentemente, transformar o paradigma da democracia guineense. As abordagens sobre participação política da juventude na Guiné-Bissau são escassas e direcionadas as organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Este estudo parte de uma perspetiva holística para abordar a participação política da juventude guineense, elevando o debate para uma perspetiva abrangente as duas formas de participação política, convencional e não institucionalizada a fim de verificar se a participação política da juventude guineense está em declínio como revela a conclusão da 6ª ronda de pesquisas do Afrobarómetro em 2016 e se esse declínio é uma consequência da marginalização como debatido por Resnick & Thurlow (2015).

Em janeiro de 2022 a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), uma plataforma de associações, lançou uma iniciativa denominada “Basta, jovens vamos assumir a governação do país”, visando uma agência ativa dos jovens na esfera pública para a mudança do paradigma da governação na Guiné-Bissau dominada pela velha geração. A estratégia passava pela mobilização das organizações juvenis partidárias para pressionar os partidos políticos a celebrar o compromisso de incluir pelo menos 35% de candidatos jovens como cabeças de listas a representação parlamentar nas próximas eleições, previstas para 2023, e que se realizaram no dia 4 de junho deste ano. Em vista dessa problemática, este estudo coloca as seguintes questões de pesquisa:

Quais as consequências da marginalização política para a juventude e para a democracia na Guiné-Bissau? Que estratégias existem para redução da marginalização política juvenil na Guiné-Bissau?

Assim, a pesquisa tem os seguintes objetivos:

Identificar os fatores e atores subjacentes à marginalização política dos jovens, após debater as principais teses sobre a relação entre juventude e participação política e o papel das organizações internacionais na promoção da inclusão juvenil através da revisão de políticas e programas para a juventude; explorar estratégias para atenuar a marginalização política da juventude na Guiné-Bissau.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro traz uma abordagem conceptual sobre a juventude. No segundo é aberto um debate sobre a marginalização e suas consequências com uma breve abordagem sobre as políticas e programas desencadeados aos níveis internacional, regional, sub-regional e nacional para a inclusão juvenil. O terceiro analisa as principais teses sobre a participação política juvenil, debatendo questões intrínsecas à juventude no âmbito da participação política convencional e não institucionalizada. O quarto capítulo está centrado no nosso estudo de caso. Estabelecemos uma visão contextual sobre o país, aprofundada com um enquadramento demográfico e, de seguida, dedicamo-nos à análise dos resultados obtidos na pesquisa quantitativa para contextualizar o fenómeno na Guiné-Bissau. E, finalmente, apresentamos as principais conclusões.

## **2. Revisão da literatura**

### **2.1. Definição de juventude**

O conceito de juventude é analiticamente complexo e interdisciplinar em função de várias perspectivas teóricas, tanto do campo da biologia como das ciências sociais. Apesar das diversas abordagens, a abordagem sociológica ganha relevância no presente estudo devido a sua “base teórico-metodológica” muito focado nas dinâmicas sociais e padrões de relações entre os vários grupos sociais (Chiuzi et al., 2011, p. 580). De acordo com Fontes (2018, p. 163) a abordagem sociológica da juventude nas ciências sociais é baseada em duas principais correntes: classista e geracional. Gebremariam & Herrera (2016, p. 145) consideram essas correntes normativas e fundamentalmente históricas e que ignoram a juventude como uma categoria social com identidade própria, mas como uma continuidade nas transições geracionais e na reprodução de privilégios entre as classes.

Para Bourdieu (1984, p. 150-151), um dos pioneiros da corrente classista, as divisões etárias são arbitrárias, explicando que as classificações por idade, sexo ou classe, são manipulações sociais para impor limites com vista ao estabelecimento de uma ordem em que cada um deve permanecer. Baseando-se num exemplo de jovens burgueses num extremo e do outro, jovens trabalhadores, afirma que o termo juventude é um abuso de linguagem em que universos sociais incomuns são abrangidos por um conceito, concluindo que a sucessão de privilégios, “O que para a geração 1 foi uma conquista para toda a vida, é dado desde o nascimento, imediatamente, à geração 2”, entre gerações define os jovens e, por isso, a juventude não passa de uma palavra. Na sua análise da teoria de “idade adulta emergente” de Jeffery Arnett, Bynner (2005) segue a linha de pensamento de Bourdieu assertando que dois fatores são relevantes no estudo da transição geracional: a estratificação social (classe social, gênero, etnia e localidade) e a forma como as instituições gerem o processo de transição, enfatizando que no que se refere a classe social o fosso é cada vez maior entre jovens com privilégios e os desprivilegiados. A corrente classista transmite, em essência, a ideia de desigualdades sociais que os jovens enfrentam na sua transição para a vida adulta, condicionada pela reprodução social de padrões de privilégios que se tornam um movimento contínuo entre as classes. Por seu turno, para a corrente geracional, a juventude deve ser analisada a partir de contextos sociais, culturais e políticos reais e não como um vácuo social, tendo em conta que o seu significado muda de contexto em contexto ou de sociedade para sociedade (Gebremariam & Herrera, 2016; Gyampo, 2012). A corrente geracional defende que as gerações se formam a partir de dois fatores: temporal ou biológico e histórico ou social que se unem para demarcar uma anterior e nova geração social (Feixa & Leccardi, 2010, pp. 187-191). Esta corrente, é sustentada pela teoria da juventude como uma fase marcada por “descontinuidades intergeracionais”, porque, a idade como um fator transitório, implica a sucessão das gerações (Doutor, 2016, p. 163). Partindo da perspectiva de sucessão das gerações, Washburn sistematiza características de sucessivas gerações de “jovens” nos Estados Unidos, como pode ver-se no quadro 1.

### Quadro 1. As gerações de Wasburn

<p style="text-align: center;"><b>Geração Revolucionária</b></p> <p>Nascidos entre 1901 e 1925, sobreviveram à grande depressão e lutaram na 2ª guerra mundial. Acreditavam na cidadania, nos valores familiares e na mobilidade social (o sonho americano), em busca de triunfo na vida pessoal e profissional.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Geração Silenciosa</b></p> <p>Nascidos entre 1926 e 1945, herdaram um mundo melhor à custa da geração anterior. Eram muito novos para lutar na 2ª guerra mundial, mas nutriam um grande senso patriótico e altruísta ancorados na lei, fé e ordem e, também, muita admiração pela geração anterior. Acreditavam na preservação da realidade herdada em vez da mudança.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Geração Baby boomer</b></p> <p>Nascidos entre 1945 e 1964, foram demograficamente a geração mais numerosa (76 milhões). Eram defensores de valores éticos e morais contra o autoritarismo, valorizavam o bem-estar individual sobre o social (individualistas). Eram orientados por crenças filosóficas e religiosas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Geração X</b></p> <p>Nascidos entre 1965 e 1981, representam a menor parcela demográfica em relação a gerações anteriores. Tinham inculcados valores familiares e coletivos, cada vez mais distantes do materialismo e crenças filosóficas que pressupunham ser utópicas.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Geração Y</b></p> <p>Nascidos entre 1982 e 2003, cresceram em meio ao advento da internet e o progresso tecnológico, convivendo com computadores, como a geração dos baby boomers com o telefone e a geração X com a televisão.</p>

Fonte: Chiuzy et al. (2011, p. 581)

Por seu turno, Gyampo & Anyidoho (2019, pp. 5-8) sistematizam características da juventude africana, em quatro fases, como pode ver-se abaixo:

### Quadro 2. Fases da juventude africana

<p style="text-align: center;"><b>Pré-colonial</b></p> <p>Essa geração, situado antes do domínio colonial, cresceu a sombra dos valores familiares e tradicionais, embutidos de crenças sobre a supremacia dos líderes ou anciões na sua comunidade. Eram o capital humano nas fazendas familiares, servidores públicos e forças de defesa (rapazes) da sua comunidade. Apesar de não terem voz nos processos de tomada de decisão tanto no seio familiar como na comunidade, eram fiéis executores das deliberações.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Colonial</b></p> <p>A geração colonial caracterizava-se pelo êxodo urbano, desvinculação dos hábitos tradicionais, engajamento nas culturas juvenis, independência financeira, alfabetização em consequência do colonialismo que introduziu mudanças nas sociedades tradicionais (educação, trabalho assalariado, urbanização, comércio) que contribuíram para desprender a geração colonial das sombras do poder patriarcal e fazer enfrentar, convictamente, as autoridades tradicionais e coloniais.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Independência política</b></p> <p>Pode-se cunhar essa Geração de geração dos combatentes. Foram autores intelectuais e materiais dos movimentos nacionalistas e da ideologia pan-africanista. Mas, os novos líderes encarnaram o Estado reproduzindo as velhas práticas domésticas das sociedades africanas, promovendo valores familiares, de entrega a comunidade, enquanto monopolizavam o poder político e marginalizavam vozes contrárias ou ameaças aos seus ideais de construção da nação</p>
<p style="text-align: center;"><b>Liberalização política</b></p> <p>Os anos 1990 testemunharam o surgimento de uma geração de jovens radicais aos regimes autoritários nos recém-independentes Estados africanos. Os movimentos da sociedade civil, inclusive, os estudantis, tornaram-se mais impetuosos em defesa do bem-estar comum. Entretanto, num sistema</p>

estratégico de relações públicas, os partidos políticos lançaram os tentáculos aos jovens nas comunidades que, em oposição aos movimentos estudantis, apregoavam a favor dos partidos na comunidade estudantil com a clara missão de persuadir eleitores.

Após uma análise histórica sobre a juventude africana, Gyampo & Anyidoho (2019) trazem uma abordagem sobre a juventude contemporânea, que a caracterizam como marginal à esfera política convencional, continuando a mercê dos atores e instituições políticas tradicionais (líderes políticos, Estado ou partidos políticos) e exercendo uma fraca agência política e cívica.

### **Juventude na perspectiva institucional**

Não há uma definição consensual da juventude. O que é evidente nas persistes inconsistências na conceptualização da juventude como grupo social. Por um lado, o fato da idade ser um indicador transitório, torna-o um fator limitante, contrariamente ao gênero e etnia que são características consideradas mais estáveis e duradouras na vida de um indivíduo (Stockemer & Sundström, 2018, p. 468). Entretanto, apesar dessa reconhecida limitação na conceptualização da juventude, a idade não deixa de ser, tecnicamente, um elemento de referência nas abordagens, porque permite generalizações para fins analíticos, embora limitadas (Iwilade, 2013, p. 1056). Esta percepção pode ser sistematizada em diferentes perspectivas institucionais sobre a juventude.

Para fins estatísticos, a Assembleia Geral da ONU estipulou um período de transição geracional de dez anos (15-24) na sua resolução 36/28 de 1981<sup>6</sup>, sem embargo, os Estados-membros podem definir um período de transição moldada ao seu contexto, assim como as agências especializadas e outras organizações internacionais. A título de exemplo, a União Europeia (UE) adotou o período de transição estabelecido pela ONU ao passo que a União Africana (UA), estabeleceu um período de transição de 20 anos (15-35). No continente africano, há ainda variações a nível sub-regional da África Ocidental, por exemplo, foi estipulada pela Nigéria um período de 17 anos (18-35), pelo Mali de 25 anos (15-40) e Níger, 16 anos (14-30) (Ismail et al., 2021, p. 25).

### **Juventude na África Ocidental**

A noção de juventude em África e, particularmente no espaço CEDEAO varia em torno do intervalo de idade estabelecido a nível regional, entretanto, os fatores contextuais afrontam essa conceptualização segundo Olaiya (2014, p. 4), que assegura que a juventude é um termo ainda em evolução em África, particularizando o caso da África Ocidental, onde não há um conceito operacional da juventude, tão pouco uma abordagem dos desafios que a juventude enfrenta. Para ele, a concepção jurídica e cívica dominante nas sociedades de que ao atingir uma certa idade, a pessoa automaticamente atinge a “maioridade” acaba por ser conflitante com a realidade tradicional-primordial de alguns países onde,

---

<sup>6</sup> Ver <https://www.un.org/en/global-issues/youth>, consultado pelas 19:03 de 22 de junho de 2023

não há condições favoráveis e infraestrutura social necessária para que se faça uma transição suave da juventude para a idade adulta, prolongando, frustrantemente, a fase da juventude. Assim, um indivíduo de 40 anos de idade, solteiro e desempregado em África é qualificado de “youthman” (Honwana, 2014, p. 402). Esta perspetiva, reforça a visão restrita do conceito estabelecido pela ONU, que não poderia atender as particularidades regional, sub-regionais e nacionais no contexto sociocultural africano onde “o conceito de juventude dá precedência ao estado civil e profissional sobre considerações cronológicas e biológicas”, em que indivíduos entre os 30 e 40 anos, solteiros e desempregados, enquadram-se na categoria de jovens enquanto os que contraem matrimónio na adolescência ou antes dos 18 anos são considerados adultos (Ismail et al., 2009, pp. 18, 27).

Portanto, a conceptualização da juventude transcende a realidade etária. As circunstâncias são importantes na definição da juventude como grupo social. Quando falamos em circunstâncias, procuramos abranger questões culturais, socioeconómicas, políticas, demográficas. É nessa ótica que o conceito de “whaitood” abordado por Honwana (2014) ganha relevância nessa discussão. A autora empresta esse termo da Dianne Singerman (2007) para definir a juventude africana numa só palavra. O termo “whaitood” transmite, em suma, uma fase prolongada de transição dos jovens para a vida adulta, caracterizado pelo aprisionamento dos jovens num estágio indefinido de juventude, tornando-os, cronologicamente adultos, mas socialmente jovens (Honwana, 2014, p. 403).

Em resumo, há uma comunhão entre as diferentes asserções relativamente a idade, demografia, infraestrutura social, economia e política como indicadores imprescindíveis na conceptualização da juventude, eliminando qualquer dúvida sobre uma categorização social unilinear e homogénea da juventude.

## **2.2. Protuberância juvenil *versus* marginalização**

A protuberância juvenil não é um fenómeno contemporâneo, segundo uma reportagem especial do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). Revela que quase sempre houve predominância das gerações mais jovens na população, embora a elevada mortalidade infantil antes do século XX, sentenciasse a transição dessas crianças a idade adulta<sup>7</sup>. De acordo Bloom et al., (2003, p. 25), a melhoria nas condições sanitárias e nutricionais após a segunda guerra mundial mitigou a taxa de mortalidade, enquanto a taxa de fertilidade permaneceu elevada, resultando num crescimento populacional desenfreado. Sustentam que o rácio de jovens, então era palpável, tendo começado a dividir opiniões, ora considerada uma janela de oportunidades, ora como ameaça a paz e a estabilidade, sobretudo em regiões em desenvolvimento, onde prevalece a insegurança em consequência da densidade populacional e escassez de recursos. A lógica otimista é de que o excesso de jovens numa determinada

---

<sup>7</sup> Ver <https://www.unaids.org/en/resources/presscentre/featurestories/2018/july/the-youth-bulge> consultado as 21:01 de 20 de agosto de 2023

população pode impulsionar o crescimento económico, mas exige investimentos na educação, na saúde, na estabilidade política, em programas sociais e políticas económicas, por outro lado, a pessimista alimenta a teoria de escassez de recursos e riscos de violência política.

Um dos desafios enumerados no âmbito da protuberância juvenil em África (ver Ukeje, 2012; Ismail & Olonisakin, 2021), na África Ocidental, em particular, (ver Ikelegbe & Garuba, 2011; Peters, 2012;) e no mundo (ONU, 2016), é a relação juventude e violência. Dobbs (2021, p.2) refere que por detrás da “protuberância juvenil” figuram estereótipos de instabilidade política, violência e criminalidade apontando Boko Haram na Nigéria, o Al Shabaab na Somália, os movimentos de protesto estudantil em larga escala na África do Sul e distúrbios urbanos pró-democracia no Quênia como exemplos de radicalização da juventude e do seu afastamento da política institucionalizada em África. Tendo como referência os movimentos rebeldes de Serra Leoa e da Libéria, Bob-Milliar (2014, p. 130) segue a linha de pensamento de Weber (2013) de que a protuberância juvenil pode se revelar um fator de conflito assinalando “a propensão ao ódio intergrupar e à violência política” como consequências. Um aspeto digno de nota nesse quadro de protuberância juvenil e violência, é que a proporção de jovens do sexo masculino na população total aumenta o risco de violência (Peters, 2012; Bob-Milliar, 2014) porque são alheios aos riscos para alcançar objetivos pessoais (Weber, 2019). De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS (2015, p. 11) a participação dos jovens na violência é influenciada por fatores de risco em diferentes níveis, dos quais, os de nível da comunidade incluem entre outros, o desemprego, altos níveis de desigualdade de renda, e pobreza concentrada e, por isso, o peso da violência juvenil é maior em países de média e baixa renda. Assim, a juventude como agente de violência em África é uma consequência da estagnação económica que a impele a práticas que aliviem a sua condição de pobreza (Bom-Milliar, 2014, p. 130). A relação protuberância juvenil e violência é justificado por Urdal (2012, p. 2-4) com base na teoria da privação relativa, segundo a qual a erupção da violência política é um meio racional para reparar queixas económicas ou políticas dos jovens, destacadamente, o desemprego, baixo nível de educação ou o excedente de jovens diplomados que o setor público não pode absorver, o declínio da economia, a exclusão política por formas de governação autocráticas e patriarcais e o êxodo urbano desproporcional dos jovens como potenciais riscos de violência. Assim, a desigualdade social como uma queixa recorrente dos jovens, torna a violência política juvenil uma resposta direta e racional à marginalização (Ismail & Olonisakin, 2021, p. 377) e uma forma de ação política para chamar a atenção e consciencializar o público sobre a causa que defendem (O'Toole et al., 2003, p. 54). No nexo entre a protuberância juvenil e violência política está a marginalização que segundo Duchak (2014, p. 71-72) é um misto de exclusão social e discriminação, determinada não só pela pobreza de rendimentos, mas também pela pobreza de capacidades. Na perspetiva de Sommers (2011), as políticas governamentais africanas raramente são centradas nos jovens apesar do rácio de jovens em África, uma descoberta explícita no estudo de Ismail et al. (2009) sobre a vulnerabilidade e exclusão juvenil (YOVEX) na África Ocidental, que oferece perspetivas sobre o desempoderamento juvenil face ao declínio das oportunidades de emprego, a deficiência na educação, êxodo urbano e pressão sobre os recursos,

alienação em processos políticos formais, governação falhada e políticas de juventude aquém das expectativas dos jovens. Optaram por definir a exclusão a partir de uma perspectiva de cima para baixo, com foco no Estado, sustentando que a marginalização é consequência do posicionamento das instituições e não individual, ou seja, os indivíduos não se afastam da política ou do exercício de influência nos processos de tomada de decisão, senão que as instituições regem a maneira como eles se envolvem com a política. A partir dessa perspectiva, a exposição de Causadias e Umaña-taylor (2018, pp. 709-711) sobre as características da marginalização são muito reveladoras, como se vê no quadro 3.

### Quadro 3. Características da exclusão/marginalização

<b>Multidimensional</b>
A marginalização é multidimensional porque é o resultado da interação entre diferentes fenômenos sociais, pois grupos e indivíduos experimentam desvantagem e exclusão com base em raça, etnia, cultura, sexo, gênero, orientação sexual, religião, educação, origem geográfica ou nacional, status socioeconômico, saúde, peso, necessidades especiais e idade.
<b>Dinâmica</b>
A marginalização é dinâmica porque é altamente sensível às mudanças históricas, sociais e culturais. De facto, as fronteiras entre grupos raciais/étnicos estão constantemente mudando e sendo redefinidas de acordo com o contexto sócio histórico único de qualquer sociedade. A marginalização também é dependente do contexto e largamente determinado pelas configurações históricas, sociais e culturais de uma sociedade. Por exemplo, os contextos podem ser definidos por mudanças demográficas, clima político e circunstâncias econômicas.
<b>Rede diversificada de processos</b>
A marginalização é uma rede diversificada de processos que se reúnem em uma rede nomológica, uma constelação coesa de forças sociais que incluem desumanização, discriminação, exclusão, opressão, segregação, estigmatização, estratificação, subjugação, submissão e subordinação.
<b>Enraizada no desequilíbrio de poder</b>
A marginalização é enraizada no desequilíbrio de poder porque afeta desproporcionalmente grupos e indivíduos que são mais vulneráveis, têm menos controle sobre os recursos e estão em posições de menor status e prestígio, tornando-os menos propensos a moldar e influenciar a sociedade e o comportamento.
<b>Sistematicamente direcionada a grupos e indivíduos específicos</b>
Processos de marginalização, como desumanização, discriminação e exclusão, não são distribuídos aleatoriamente nas populações, mas são direcionados a grupos e indivíduos específicos por causa de sua vulnerabilidade, alteridade, sub-representação demográfica e ameaça percebida ao status quo.
<b>Tem implicações probabilísticas</b>
A marginalização tem implicações probabilísticas para o desenvolvimento porque aumenta a probabilidade de resultados negativos (por exemplo, saúde física e mental comprometida) e diminui a probabilidade de desenvolver resultados positivos (por exemplo, desempenho acadêmico, bem-estar). Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, a desadaptação é o resultado de sucessivas adaptações ao meio, pois as primeiras experiências podem facilitar certos caminhos, mas a mudança é possível em muitos pontos no curso da vida.

A escassa representação parlamentar de jovens com menos de 35 anos é um reflexo da exclusão etária na esfera política, entretanto, as leis aprovadas sem a participação dos jovens podem prejudicar os interesses dos jovens, atual ou futuramente (UIP, 2014). Bynner (2005, p. 377) explica que nos países europeus a marginalização social representa as poucas oportunidades e baixos níveis de envolvimento em questões sociais, cujas consequências, acabam por afetar todos os domínios da vida. Na mesma

perspetiva, a marginalização em África é resultado de uma esfera política dominada pelo patriarcado e gerontocracia (Gyampo & Anyidoho, 2019; Adebayo, 2018), do colapso do sistema educativo e económico (Ismail & Olonisakin, 2021, p. 384) e de saúde, limitando o envolvimento ativo dos jovens em questões políticas, na medida em que são expostos a desafios de desenvolvimento das suas capacidades individuais. Mas, a marginalização não é uma realidade estática e, sim, um fenómeno presente que não define os jovens nessa situação, afirmam Causadias & Umaña-Taylor (2018), ao sugerir a reformulação do termo “juventude marginalizada” para “juventude vivenciando a marginalização”, dado que as suas implicações para o desenvolvimento são probabilísticas e não determinísticas, portanto, o termo “marginalizado” dá uma conotação de inércia à realidade dos jovens nessa situação, enquanto os retrata como apáticos em relação à sua própria exclusão quando, na realidade, são manifestamente contra ela.

A violência eleitoral é diferente de outras formas de violência política e é uma das formas de violência para a qual os jovens são recrutados de acordo com Bob-Milliar (2014). Sugere a existência de uma correlação entre transições políticas e violência eleitoral o que, de certa forma, justifica a preponderância da violência eleitoral em África, devido as falhas na transição, como suposto por (Cincotta, 2008-2009, p. 11), ao pressupor a improbabilidade dos países com alto rácio de jovens alcançarem uma democracia liberal estável em relação aos países com uma estrutura etária mais madura. Bob-Milliar aponta, ainda, os partidos políticos, grupos de elite e grupos juvenis ou alas juvenis partidárias como principais agentes que em interação, participam da violência eleitoral. Ojoc & Acol (2017) realçam que entre 1990 e 2015, cerca de 60 % das eleições em África sofreram alguma forma de violência eleitoral em que os jovens se fizeram protagonistas. Justificam que o “status desesperador e desfavorecido que ocupam no atual cenário político africano” catapulta-os para estes eventos, sugerindo duas explicações. Primeiro, grupos de interesse como atores e partidos políticos exploram a protuberância juvenil a seu favor e, por outro lado, os jovens usam a violência como instrumento de inclusão social. Concluem que os jovens são mobilizados tanto pela força incumbente como pela oposição para manipular os processos eleitorais no intento de obter vantagem sobre seus oponentes.

A onda de movimentos sociais e protestos protagonizados por jovens nos países da África Ocidental é convergente com estas observações. O sentimento de marginalização e vulnerabilidade, incitou a campanha “#30PercentOrNothing”, que foi arquitetada em 2014 por jovens nigerianos que queriam ter mais voz nos assuntos políticos do país, como a campanha “#NTYTR” de 2017 que visava reduzir o requisito de idade para candidatos a cargos eletivos na Nigéria (à presidência, de 40 para 35, e de 30 para 25 para as câmaras de deputados federais e estaduais) (Dambo et al, 2022, p. 101). O movimento “Y'en a Marre!” desencadeou uma campanha eleitoral de sucesso contra a reeleição do Presidente Abdoulaye Wade em fevereiro de 2012 (Howana, 2014, p. 406). A recente adesão da juventude senegalesa aos protestos a favor do mais jovem candidato a presidência senegalesa, Ousmane Sonko, um fiel representante dos problemas que afligem os jovens novamente na agenda política é

justificada pelos observadores como uma reação ao empobrecimento da cultura democrática e declínio das liberdades no Senegal com a subida de Macky Sall ao poder, entre outras<sup>8</sup>.

A Guiné-Bissau não escapou a esta onda de movimentos sociais. Destacamos as manifestações do Movimento dos Cidadãos Conscientes e inconformados (MCCI) contra o Presidente José Mário Vaz e a ideia de despertar os jovens guineenses para o exercício de uma agência mais forte em 2015; a manifestação pública do movimento O Cidadão exigindo a reabertura da Assembleia Nacional Popular (ANP) com vista a pôr termo à crise institucional que vigorava em 2017; do movimento Voz do Cidadão do Mundo que, entre várias ações, para além de protestos, apresentaram um manifesto a uma delegação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre outras instituições e personalidades, exigindo uma menor interferência da Comunidade Internacional nos assuntos internos do país (Semedo, 2020, p. 27). A radicalização da juventude guineense mediante estes eventos está em sintonia com alguns eventos citados por Honwana (2014, p. 406), em que os jovens “forçaram governos a reverter decisões controversas” e demonstra a sua preocupação com questões sociais e políticas como defendem Harris et al., (2010, p. 28).

### **As Políticas e programas de empoderamento juvenil**

Com vista a uma maior coordenação para apoiar o desenvolvimento da juventude, a ONU endossou vários instrumentos que consagram políticas e programas a aplicar no âmbito nacional com o apoio internacional para o bem-estar dos jovens. Destacamos a resolução 34/151 (1979) da Assembleia Geral que declarou 1985 o “Ano Internacional da Juventude: Participação, desenvolvimento e paz”; o Programa Mundial de Ação para a Juventude (WPAY) para o ano 2000 e além adotada em 1995 pela Assembleia Geral; a resolução 54/120 (1999) da Assembleia Geral que declarou 12 de agosto como o Dia Internacional da Juventude; a resolução 2250 (2015) do Conselho de Segurança sobre Juventude, paz e segurança; a Agenda 2030 (2015) sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável; a Estratégia do Fundo das Nações Unidas para a população – FNUAP para Adolescentes e Jovens (2012); o Programa das Nações Unidas para a Juventude suportado pela DISD e UNDESA<sup>9</sup>; a Rede interagências das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Juventude ( IANYD) suportada pelo ONU-DESA e a ONU-HABITAT; o Plano de Ação sobre Juventude em todo o Sistema (Youth-SWAP) lançada em 2013; O Fórum da Juventude do Conselho Económico e Social (ECOSOC) lançada em 2012; Juventude 2030: A Estratégia das Nações Unidas para a Juventude, lançada em 2018; A Iniciativa Global sobre Empregos Decentes para Jovens lançada em 2016<sup>10</sup>. O WPAY é o guia das ações da ONU para a juventude. Proclama a “Participação plena e efetiva dos jovens na vida da sociedade e na tomada de decisões” como a sua décima área prioritária, pelo que os Estados são exortados a promover a participação social e

---

<sup>8</sup> Ver <https://www.dw.com/pt-002/o-que-est%C3%A1-por-tr%C3%A1s-dos-protestos-no-senegal/a-56846092> consultado as 05:41 de 12 de junho de 2023

<sup>9</sup> Ver <https://social.desa.un.org/issues/youth> consultado as 14:12 de 22 de junho de 2023.

<sup>10</sup> Ver <https://www.un.org/en/global-issues/youth> consultada as 15:16 de 22 de julho de 2023.

política da juventude no desenvolvimento através da remoção de obstáculos que afetam a sua contribuição integral à sociedade, valorizar a contribuição da juventude no projeto, implementação e avaliação de políticas e planos nacionais que afetem seus interesses, reforçar o envolvimento de jovens em fóruns internacionais através da inclusão de representantes da juventude em suas delegações nacionais, entre várias propostas de ação de acordo com a resolução 50/81-1996 da ONU.

Atenta à protuberância juvenil em África, a UA tem engendrado esforços a nível continental para um melhor aproveitamento dessa massa juvenil no quadro do desenvolvimento. Nesta perspetiva, a Comissão da União Africana (CUA) dispõe de uma Divisão da Juventude, através da qual a agenda da juventude da União é orientada, para além de um Comité Técnico Especializado (CTE) da Juventude, Cultura e Desporto; do Corpo de Jovens Voluntários da União Africana (AU-YVC)<sup>11</sup> e recentemente, do Gabinete do Enviado da Juventude do Presidente da União Africana (AUCYE) em 2018; o Comité de Referência da Juventude (YRC) em 2023<sup>12</sup>, entre vários instrumentos e iniciativas. As políticas e programas de juventude evoluíram a partir da Declaração de Abuja (2001), Declaração de Ouagadougou (2004), Carta Africana da Juventude (2006), Plano de Ação de Maputo (2006 & 2010), Plano de Ação da Década da Juventude (2009), Decisão de Malabo (2011), Estratégia Continental de Formação em Educação Técnica Profissional (TVET) revisado (2014), Posição Comum da África (2014), Agenda 2063 da UA (2014) (Arquitetura da governança africana – AGA, 2021).

A exemplo de outras organizações regionais, a África possui políticas de juventude através das suas sub-regiões e, neste caso em particular, a CEDEAO tem definido uma Política da Juventude que é um quadro institucional multissetorial de cooperação a vários níveis com os Estados membros a propósito do empoderamento da juventude (Sunyehzi et al., 2023, p. 14). A Política da Juventude e Plano de Ação Estratégico da CEDEAO, adotada em 2008, perspetiva a capacitação dos jovens para o desenvolvimento do seu potencial e a promoção da participação dos jovens em todos os domínios da sociedade a nível sub-regional da África Ocidental. O Centro de Desenvolvimento da Juventude e do Desporto da CEDEAO (CEDEAO/YSDC) que a partir de 2005, tornou-se uma agência especializada permanente da Comunidade para a juventude e desporto, é um instrumento de desenvolvimento e promoção das atividades juvenis e desportivas para o empoderamento dos jovens no processo de integração regional (Comissão da CEDEAO, 2010). Gerenciado atualmente pelo YSDC, o Programa de Voluntários da CEDEAO (EVP) criada em 2004 é também um programa de promoção da participação dos Jovens no Desenvolvimento e Paz da Região<sup>13</sup>, como também, a Direção do Género, OSC, Emprego, Juventude, Desportos e Controlo de drogas criada em 2007<sup>14</sup>, o principal instrumento de implementação da Visão 2020 da CEDEAO.

---

<sup>11</sup> Ver <https://au.int/en/youth-division> consultado as 18:09 de 22 de julho de 2023.

<sup>12</sup> Ver <https://au.int/en/youthenvoyoffice> consultada as 18:17 de 22 de julho de 2023.

<sup>13</sup> Ver <https://ecowas.int/directorate/youth-and-sports-development-centre/> consultado às 19:56 de 22 de julho de 2023.

<sup>14</sup> Ver <https://ecowas.int/directorate/genero-juventude-desportes-osc-emprego-e-controlo-de-drogas/?lang=pt-pt> consultado às 19:57 de 22 de julho de 2023.

### 2.3. Juventude, participação política e seus desafios

Weiss (2020, pp. 2,4) aclara que os conceitos de participação política abrangem a participação política da juventude, não obstante a inconsistência da literatura dominante em relação as novas formas de participação usual entre os jovens, concluindo que a participação política juvenil não é mais que a participação em geral. Alega que o que existe é diferença no comportamento dos jovens e adultos na participação política, condicionada pelo “ciclo de vida” ou “efeito de gerações”, pela compreensão estreita da política e do que são ações políticas pelos jovens, pela morosa transição dos jovens para a vida adulta, pelas poucas oportunidades de os jovens participarem politicamente. Para Mac-Ikemenjima (2017, p. 216) a participação política juvenil é um conjunto de ações em que os jovens se envolvem para projetar suas vozes sobre as questões que os afetam em contextos políticos locais.

Barrett & Brunton-Smith (2014, p. 6) no seu estudo sobre “Envolvimento e Participação Política e Cívica” atentam uma distinção entre as expressões “participação” e “engajamento”, assumindo que participação denota aspetos comportamentais enquanto engajamento denota questões psicológicas como interesse, atenção ou conhecimento, crenças, opiniões, atitudes ou sentimentos sobre questões políticas ou cívicas, respetivamente, acercando-se ao modelo de mediação cognitiva concebido por Lee et al (2023, p. 101). Este implica a relação “motivação-reflexão-engajamento” ao nível psicológico, cujo reflexo a nível prático instiga os indivíduos a uma participação consciente. Inequivocamente, o “engajamento” precede a “participação”, assim que o interesse se torna o pressuposto chave para induzir a participação política. Contrariamente, os indivíduos podem manter-se passivos ao envolvimento político (Abdul et al., 2017, p. 4) e, nesse sentido, Van Deth (2014) enfatiza que, sem intenções, não há concretização de ações políticas.

Portanto, a participação política e o engajamento político são dois conceitos distintos, mas relacionados, embora seja muito comum combinar as duas expressões numa abordagem. A participação política é, literalmente, relativa ao comportamento, enquanto o engajamento tem a ver tanto com o psicológico, como com as ações. Pontes et al. (2018, p. 4) aclaram que a participação política é muitas das vezes sinónimo de engajamento político, entretanto, os indivíduos podem “ter interesse, atenção e conhecimento, opiniões ou sentimentos sobre questões políticas” sem que efetivamente participem de qualquer “ação aberta em relação à política”. O envolvimento político online e offline são um claro exemplo da diferença entre engajamento e participação política.

O engajamento relaciona dois conceitos: político e cívico. O engajamento cívico captura ações de cariz comunitária, já o político, implica conhecimentos e comportamentos que variam de passivo a ativo, focados na política. O engajamento político é literalmente equiparado a participação política, entretanto, a participação política implica um conjunto mais restrito de ações em relação ao engajamento político, considerando que a participação política é sobre praticas ou ações concretas como “votar, doar

dinheiro a um candidato político, ou voluntariado para uma campanha política” ao contrário do engajamento político cujas ações podem ser concretas ou passivas em relação a um evento político. O engajamento político compreende ações como conhecimento, interesse e eficácia que orientam a ação política. A eficácia política tem a ver com as habilidades políticas dos indivíduos, que tendem a envolvê-los em atividades políticas institucionalizadas ou não institucionalizadas (Adegbola & Gearhart, 2019, pp. 1232-1233).

A participação política pode assumir muitas formas diferentes. Algumas formas envolvem processos eleitorais e são chamadas de formas convencionais de participação política. No entanto, existem muitas outras formas de participação política que não envolvem processos eleitorais e que podem ser realizadas por indivíduos de qualquer idade. Essas são designadas de formas não convencionais de participação política segundo a descrição do quadro 4, baseada no estudo de Barrett & Pachi (2019, pp. 3-5).

**Quadro 4. Formas de participação política**

Convencional	Não convencional/Não institucionalizada
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Votação</li> <li>• Filiação em partidos políticos</li> <li>• Candidatura a eleição</li> <li>• Trabalhar em campanhas eleitorais para candidatos ou partidos políticos</li> <li>• Doar dinheiro para partidos políticos</li> <li>• Persuadir outros a votar</li> <li>• Protestos, manifestações, marchas</li> <li>• Assinatura de petições</li> <li>• Escrever cartas/e-mails para políticos ou funcionários públicos</li> <li>• Escrever cartas/e-mails/telefonemas com conteúdo político para a mídia (velha/nova)</li> <li>• Escrever artigos/blogs com conteúdo político para a mídia (velha/mídia)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Usar sites de redes sociais na Internet para participar ou gostar de grupos com foco político</li> <li>• Usar sites de redes sociais na Internet para distribuir ou compartilhar links com conteúdo político para amigos e contatos</li> <li>• Usar ou exibir um símbolo ou sinal que representa apoio a uma causa política</li> <li>• Distribuir folhetos que expressem apoio a uma causa política</li> <li>• Participar de eventos de arrecadação de fundos para uma causa política</li> <li>• Escrever ou fazer graffiti nas paredes para expressar apoio a uma causa política</li> <li>• Participar de outras ações ilegais (por exemplo, queimar uma bandeira nacional, atirar pedras, tumultos) em apoio a uma causa política</li> <li>• Filiação a organizações de lobby e campanha política, comparecer a reuniões dessas organizações, expressar seu ponto de vista nessas reuniões, participar das atividades dessas organizações, ocupar um cargo nessas organizações</li> </ul>

Ao longo das últimas décadas há uma visão crítica generalizada sobre a participação política dos jovens através de debates que giram em torno da desvinculação dos jovens da política formal e instituições políticas convencionais. Esse fenómeno alicerçou a visão sobre o total desinteresse dos jovens com a política. A tese da apatia política dos jovens é baseada em conclusões de pesquisas relativamente focadas em indicadores políticos formais como participação em campanhas políticas,

exercício de voto nas eleições, militância nos partidos políticos ou confiança nas instituições políticas tradicionais. Assim, pesquisas em países do Ocidente ou em contextos democráticos consolidados (ver Henn et al. 2005; Harris et al., 2010; Esser & De Vreese, 2007) revelam uma menor participação dos jovens nas atividades políticas mencionadas. Igualmente, as conclusões da 6ª ronda de pesquisas do Afrobarómetro em 36 países provou que países africanos também enfrentam esta realidade. Com base em alguns indicadores, as conclusões dessa pesquisa expõem que os adultos superam os jovens em quase todos os indicadores analisados, desde atividades cívicas a políticas e, portanto, há um fraco engajamento político da juventude em África, que revela desinteresse ou apatia, frustrando as expectativas que a introdução de políticas regionais e nacionais da juventude implicavam (Lekalake & Gyimah-Boadi, 2016). Entretanto, evoluíram várias abordagens que refutam os pressupostos de apatia política dos jovens (por exemplo, Augusto, 2008; Farthing, 2010, O'Toole et al., 2003). Para Honwana (2014) os jovens não são politicamente apáticos, eles desenvolvem formas alternativas de participação cívica e política em organizações da sociedade civil através de ações independentes de filiação partidária. No entanto, sofrem diversos entraves a esta participação. Os entraves à participação política dos jovens são experimentados em vários contextos, embora em proporções variáveis. É um problema exacerbadamente vivido em África (ONU, 2007, p. 79), devido à fragilidade das estruturas de alguns Estados. Iwilade (2013, p. p. 1058) refere que os fracassos da governança e do Estado na África influenciaram o surgimento de sociedades ciclicamente em crise com repercussões graves para grupos sociais marginalizados como jovens e mulheres. As barreiras à participação política dos jovens, podem ser estruturais (sociais, culturais, económicas, políticas) ou auto-racionalizadas (preferências individuais) segundo a AGA (2021).

#### **Quadro 5. Entraves à participação política dos jovens em África**

Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação</li> <li>• Saúde</li> </ul>
Económicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pobreza</li> <li>• Desemprego</li> <li>• infraestruturas</li> </ul>
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hostilidade política estrutural</li> <li>• A marginalização política</li> <li>• Sistemas de partidos dominantes</li> <li>• A falta de quotas para a juventude nos Parlamentos e nos partidos políticos</li> <li>• Falta de financiamento ou esquemas de ajuda liderados pelo governo para ajudar a atrair os jovens para o investimento social</li> </ul>
Culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Patriarcado e gerontocracia</li> </ul>

Outras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obstáculos digitais</li> <li>• Exclusões legislativas</li> <li>• Barreiras administrativas</li> <li>• Falta de modelos/mentoria para a juventude</li> <li>• Falta de competências de comunicação eficazes</li> <li>• Falta de capacidade técnica</li> <li>• Acesso à informação</li> <li>• Barreiras linguísticas</li> </ul>
--------	---

Fonte: AGA (2021)

#### 2.4.1. Participação política de jovens em partidos

Mycock e Tonge (2011, p. 7) são críticos ao posicionamento “indiferente, complacente ou desinteressado” dos partidos políticos em relação a questões de grande interesse dos jovens, argumentando que são os jovens os que se queixam habitualmente que não têm o mesmo nível de informação que outros membros do partido político ou que os seus interesses são ignorados, para além da contínua sub-representação na governação a todos os níveis e nas estruturas dos próprios partidos políticos. Refletindo sobre os partidos políticos do Reino Unido, afirmam que na sua maioria têm as alas juvenis como retaguardas que “atuam como recrutadores para o partido, mas também educam e treinam os jovens em funções partidárias importantes, como campanha, arrecadação de fundos, comunicação política e organização partidária” entre outras atribuições. Mas, realçam que talvez o papel mais importante das alas juvenis seja o de recrutamento político.

Qasem (2013, p. 5) enfatiza a persistência de várias barreiras estruturais e sistemáticas que impedem homens e mulheres jovens de se fazerem ouvir através dos partidos políticos, no Iémen. Com base nas conclusões de entrevistas com jovens de ambos os sexos, membros de partidos políticos em 2011, revela cinco grandes barreiras a participação política dos jovens dentro dos partidos políticos: ausência de cultura de engajamento positivo, falta de capacidade, suspensão dos mecanismos partidários de discussão e mudança, barreiras geográficas e recursos financeiros e segurança. Uma conclusão semelhante é sustentada por Binder et al. (2021, p. 246) que argumentam que os atores políticos tradicionais (líderes ou candidatos políticos e partidos especificamente) são reticentes em “fornecer canais de participação política significativos para os jovens” na Áustria. Harris et al. (2010, p. 20) acrescem outra barreira as já mencionadas que tem a ver com a “legitimidade discursiva”, ou seja, os discursos oficiais que raramente são traduzidas para a realidade e que acabam por frustrar as expetativas dos jovens. Henn et al. (2002, p. 179) confirmaram através do grupo focal na sua pesquisa que, os partidos políticos têm um padrão de comunicação oportunista, indo ao encontro dos indivíduos nas vésperas das eleições, ou pela emergência de questões de curto prazo. Tekindal (2017, p. 121-132) afirma que todas as organizações políticas (por exemplo, partidos políticos) são descritas pelos jovens

como grupos “autoritários” nos quais eles não podem se expressar confortavelmente, mas apenas fazem parte como membros de grupo. No entanto, isso não significa que os jovens não tenham interesse no que está acontecendo e não sejam afetados por isso.

Numa pesquisa baseada na realidade grega, Paschou & Mogollón (2022, pp. 9-11) fundamentam que os integrantes jovens de partidos políticos são motivados pelo histórico político familiar e pela experiência em processos associativos acadêmicos. Ou seja, a família tem influência na participação política partidária dos jovens, considerando que o grupo focal no seu estudo revelaram ter sido influenciados pela família no processo de militância, seguindo inclusive a corrente ideológica familiar na política. Outro grupo focal nesse estudo, declarou ter sido influenciado pelos debates caseiros sobre questões políticas. As relações interpessoais (professores carismáticos, parentes, amigos e colegas) também influenciam os jovens nas jornadas intrapartidárias, como a participação em organizações associativas estudantis.

A participação política juvenil intrapartidária em África analisada por Bob Milliar (2014, p. 132), que se debruça sobre “Ativistas juvenis do partido e violência eleitoral de baixa intensidade em Gana”, constata que o desemprego que afeta a camada juvenil em África torna-a alvo de recrutamento por elites como “soldados de infantaria”<sup>15</sup> para benefício partidário ou de líderes. Observa que os jovens são atraídos por participação em protestos pró e contra o governo, exercício da autoridade pública, entre outros, e que alguns destacam-se pela ambição, habilidades excepcionais de mobilização e qualidades de liderança que os catapultam, formalmente, para qualidades de membros das alas juvenis dos partidos políticos e, com isso, ganham notoriedade através da aquisição de estatuto social mais elevado, até educação e independência econômica para subir a pirâmide do partido. A observação sobre a limitada consciência entre o lícito e ilícito dos jovens em Whaitood de Honwana (2014, p. 404) tem um grande reflexo nessa abordagem sobre os soldados de infantaria.

A teoria da gerontocracia e do patriarcado é, também, sustentada por Olaiya (2014, pp. 8-9) quando estabelece essas duas perspectivas sobre o engajamento político dos jovens. De um lado, afirma que os jovens não estão “engajados proativamente” na política e, mesmo quando o fazem, raramente exercem a sua agência de forma autônoma. Segundo ele, há uma visão generalizada dos jovens como zumbis no âmbito político, figuras adormecidas, sem iniciativa, cuja atuação nos partidos políticos é determinado por padrinhos políticos e dinheiro que são “dois recursos eleitorais chave, controlados pelos adultos e elites políticas em toda a África Ocidental”. Por outro lado, afirma que os partidos políticos

---

<sup>15</sup> O termo “soldado(s) de infantaria do partido” é de origem recente. Ganhou significado político quando um grupo de partidários de classe média de Andrews Kwame Pianim, um aspirante a presidente do NPP nas primárias presidenciais de 1996 do partido, se descreveram como soldados de infantaria do candidato.<sup>47</sup> Apesar de suas origens pouco auspiciosas, o termo ganhou popularidade nas plataformas de todos os partidos e tem sido usado por políticos para se identificar com as aspirações dos membros do partido. De acordo com a conceituação marxista, eles são o lumpemproletariado. Nas operações partidárias, o ativismo do soldado de infantaria consiste em oferecer energia e habilidades de mobilização para ajudar políticos individuais a alcançar um partido ou cargo público. É mais provável que sejam homens do que mulheres e estejam na faixa etária de 15 a 35 anos (Bob-Milliar, 2014, p. 131).

criam alas juvenis, enfileirando os jovens em uma espécie de cavalaria de batalha ou mercenários políticos através da mobilização de “líderes reconhecidos de jovens”, que em troca de “uma posição simbólica” são incumbidos de mobilizar os outros. Essas abordagens são confirmadas pela AGA (2021, P. 10), ao sustentar que “a única contribuição para a juventude em África é a mobilização política e não a liderança formal”.

#### **2.4.2. Participação política não institucionalizada**

A participação política não institucionalizada está direcionada a questões e causas, e não aos atores e instituições políticas representativas, como líderes e partidos políticos (Soler-i-Martí, 2015) e ocorre por vias não convencionais como o associativismo, o voluntariado, ações de protesto (Augusto, 2008, p. 161-162). Muitos jovens críticos da política convencional estão a aderir uma nova forma de participação política designada de “política da vida”, em que as ações dos jovens são direcionadas a causas ou questões específicas e não ao Estado (Farthing, 2010, p. 188-189).

As novas tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para a projeção da voz e ação política dos jovens, dando-lhes oportunidade de influenciarem atores e decisões políticas. É importante relevar que as tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para o aprimoramento das técnicas de organização do protesto, uma das mais importantes e comuns formas de participação política não institucionalizada. As redes sociais, sobretudo Twitter e Facebook, tornaram-se ferramentas comuns para coordenação de ações e disseminação das mensagens e informações através de *hashtags*. Com isto há um aumento da eficácia política, facilidade de interação entre usuários, entre usuários e atores políticos sobre questões que variam de índole política, profissional, recreativo a pessoal, difusão de mensagens, mobilização política para o campo off-line, influenciar os indivíduos ao comparecimento eleitoral (Kamau, 2017; Mikhailova, 2018). Igualmente, contribuem para a transmissão de mensagens emocionais e motivacionais, de mensagens pró ou contra eventos políticos importantes, mensagens que transmitem indignação em relação a questões morais, ideológicas, de justiça social e privação. As redes sociais têm desempenhado um papel amplificador das ações tanto do lado oferta como da procura, isto é, enquanto para os jovens a internet tornou-se uma nova esfera de participação política, é também para as instituições políticas tradicionais uma “nova plataforma de mobilização política que funciona paralelamente às estruturas tradicionais de mobilização” (Kamau, 2017, 141). O impacto das redes sociais nos movimentos pró-democracia no Norte da África e Oriente Médio ou o uso das mesmas para atividades de campanha são um exemplo claro da valia das tecnologias de informação e comunicação na esfera política atual (Mikhailova, 2018, p. 170-173).

Em consequência destas abordagens, estamos alinhados com a observação de O’toole et al., (2003, p. 58) de que a literatura sobre participação política juvenil, falha ao restringir ações políticas a política convencional, o que consequentemente alimenta a tese de apatia política, enquanto as perspectivas dos jovens sobre política são negligenciadas por projetos de pesquisa convencionais. Os

políticos mostram-se preocupados com a apatia política juvenil enquanto ignoram as práticas culturais, sociais, legais e políticas discriminatórias que marginalizam os jovens Farthing (2010, p. 184), razão pela qual os jovens repudiam os políticos e se afastam da política partidária, engajando-se em formas autónomas de participação política (Augusto, 2008).

### 3. Desenho da pesquisa

Esta dissertação destina-se a fornecer uma visão sobre a problemática da participação política da juventude na África Ocidental, destacando o caso da Guiné-Bissau. O exercício proposto no presente estudo privilegiou a abordagem sociológica da juventude e participação política. A escolha do tema foi motivada pela experiência pessoal da mestrande no âmbito da participação política juvenil no domínio das organizações juvenis partidárias e por causalidade das organizações juvenis da sociedade civil, o que também foi um aporte para o desenvolvimento deste tema. A análise recaiu sobre a identificação de fatores subjacentes à socialização da juventude enquanto grupo social e como o seu contexto de socialização afeta a sua participação política. O que se pretende com este tema é versar sobre a participação política da juventude em geral, um tema pouco abordado nas poucas produções académicas sobre a juventude guineense que, na sua maioria, adotam uma abordagem focada na participação política não institucionalizada, ou seja, sobre a sociedade civil e movimentos sociais.

Os ativismos nas redes sociais mostram um crescente engajamento da juventude, não só com questões cívicas, mas também, políticas, uma afirmação totalmente dedutiva resultante da minha experiência como observadora participante. Recorremos a uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, para a materialização desta dissertação. Tecnicamente, a pesquisa documental e bibliográfica permitiu o acesso a fontes secundárias de dados, permitindo a revisão da literatura, que abrangeu consulta e exploração de livros, artigos científicos, dissertações, atas de simpósios/conferências, artigos em revistas. Por fim, a aplicação de questionários que foram aplicados online permitiu a recolha de dados para responder às questões de pesquisa da dissertação: Quais as consequências da marginalização política para a juventude e para a democracia na Guiné-Bissau? Que estratégias existem para redução da marginalização política juvenil na Guiné-Bissau?

O estudo envolveu diferentes categorias de respondentes, cuja seleção foi ao encontro dos propósitos do estudo, tendo resultado em quatro guiões de entrevista específicos com elementos diferenciais. Delimitámos a amostra a cidadãos guineenses entre a faixa etária de 15 a 60 anos para apurar as diferenças de idade na participação política, a líderes das organizações juvenis dos partidos políticos, líderes das organizações juvenis da sociedade civil e líderes dos partidos políticos. Foram recolhidas 78 respostas de cidadãos guineenses entre 15 e 60 anos, uma apenas a nível das organizações juvenis partidárias, cinco das organizações juvenis da sociedade civil e uma ao nível das lideranças dos partidos políticos. A priori, pretendia-se a realização de entrevistas presenciais, mas não foi possível realizar trabalho de campo, daí a aplicação de questionários semiestruturados virtualmente à amostra acima apresentada. Os formulários elaborados através do Microsoft forms com as questões das entrevistas, foram distribuídas através de um link nas plataformas de redes sociais (Messenger e WhatsApp) para indivíduos da comunidade guineense a nível local e na diáspora, com uma duração média de 10 minutos de tempo de resposta.

Apesar das perspectivas do estudo, não foi possível obter a colaboração de boa parte da amostra, atores políticos e líderes das organizações políticas partidárias. De igual forma, não foi possível contar com a colaboração de líderes das organizações juvenis partidárias e da sociedade civil, apesar das tentativas de contato, por razões desconhecidas. Para um país com 44,3% da população sem nenhum nível de escolaridade (INE, 2009, p. 23), a nossa amostra salienta a participação de indivíduos com nível superior de habilitações académicas, o que é alentador, mas, ao mesmo tempo, evidencia uma lacuna neste estudo, relativo aos indivíduos, sobretudo jovens de classe económica mais baixa, sem nível de escolaridade mínima exigida e que talvez sejam os mais afetados pela vulnerabilidade e marginalização política. Apesar das descobertas, há muito a explorar sobre este tema, sobretudo por este estudo não abranger uma amostra totalmente representativa, como por exemplo, a juventude rural.

Foram utilizados quatro questionários na pesquisa: um questionário de âmbito geral envolvendo jovens e adultos com idades compreendidas entre os 15 e 60 anos, para aferir a perceção de ambos sobre a política e a participação política dos jovens. Um segundo e um terceiro questionários para, respetivamente, os líderes das organizações juvenis partidárias e da sociedade civil, que são justificados pela sua qualidade de representantes das juventudes, habilitando-os a responderem a questões que por racionalidade metodológica não seria possível aplicar ao universo de jovens em todo o país. Com estes questionários procurou-se compreender a marginalização da juventude de uma perspectiva do lado da procura ou de baixo para cima e em duas perspectivas: convencional e não institucionalizada. Aplicou-se um questionário aos líderes de partidos políticos, justificado pela forte relação com as barreiras à participação política dos jovens. Pretendia-se, através da sua contribuição, entender, de uma perspectiva do lado da oferta e de cima para baixo, a sua perspectiva sobre a fraca participação juvenil. Em suma, pretendia-se com esses questionários compreender se há um processo de desvinculação ou marginalização política dos jovens na Guiné-Bissau, as opções e perceção política dos jovens, bem como as barreiras à sua participação política. Questões estruturais associadas a barreiras culturais, académicas, limitações económicas ou materiais têm sido fatores de marginalização em vários contextos a nível mundial e, particularmente na África Ocidental e extensivamente na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau, como alguns países da sub-região, é um país de muita baixa renda e, por consequência, é vulnerável a crises sociopolíticas e económicas que afetam a juventude negativamente, ao limitar o recurso dos jovens a uma educação eficiente, cuidados de saúde adequados, infraestruturas sociais e económicas viáveis para o desenvolvimento das suas potencialidades. Igualmente, as cíclicas crises políticas influenciam o contexto de socialização da juventude de formas que boa parte dos jovens se tornaram avessa a uma participação política convencional, refugiando-se em organizações da sociedade civil e não-governamentais. Por outro lado, há jovens aderentes a uma esfera pública institucionalizada através das alas juvenis dos partidos políticos, lutando pelo seu empoderamento apesar da marginalização.

### 3.1. O caso da Guiné-Bissau

Situado na costa da África Ocidental, faz fronteira (338 km) ao norte com Senegal, (386 km) ao sul e leste com a Guiné-Conacri e a Oeste com o Oceano Atlântico. Com uma superfície total de 36 125 km<sup>2</sup>, o território está dividido em duas zonas: continental com 28.000 km<sup>2</sup> e zona insular com 8.120 km<sup>2</sup>, compreendendo as ilhas de Jeta, Pecixe, Areias, Caiar e Melo e o arquipélago dos Bijagós, com 88 ilhas e ilhéus, dos quais apenas 21 são habitados. Administrativamente está dividido em oito regiões, Bafatá Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali e a capital Bissau, que é um setor autónomo (PNUD, GEF & Governo da Guiné-Bissau, 2011; <sup>16</sup>). Geopoliticamente, é dominado pela francofonia, o que explica a sua integração em organizações sub-regionais da África francófona (CEDEAO, UEMOA) e leva Nobrega (2003, pp. 41-42) a questionar a autonomia política da Guiné-Bissau face ao processo de integração regional em que está envolvido, realçando que as limitações transfronteiriças na parte continental com a Guiné e Senegal tornam-na um Estado encravado, ou seja, dependente das linhas de comunicação com estes países para o seu provimento, de acordo com a definição geopolítica clássica, assim como, a sua debilidade em termos de indicadores de desenvolvimento (geografia, economia, capital humano) desfavorecem-no no quadro geopolítico em termos de poder nacional do Estado. Demograficamente, o número total de população estimada em cerca de 980.000 habitantes em 1991 (PNUD, GEF & Governo da Guiné-Bissau, 2011), evoluiu ao longo de 33 anos até duplicar para 2.2 milhões de pessoas em 2023, dos quais 39,6% são de 0-14 anos, 57,4% entre 15-64 anos e 3% de 65 e além, com um crescimento populacional anual de 2.2%, a esperança e expectativa de vida a nascença de 58 e 63 anos, respetivamente, a taxa de fertilidade de 3.8 nascimentos por mulher<sup>17</sup>, densidade populacional de 73,3 km<sup>2</sup> por pessoas, rácio de pobreza de 47,7% a nível nacional<sup>18</sup>. A população jovem entre 0 e 34 anos perfaz 80 % e a taxa de alfabetização adulta a partir dos 15 anos de 53% em 2021 e de desemprego jovem avaliado em 50 % em 2022 (PNUD, 2022). A emigração situa-se a 5.3%, com 52,9% homens e 47,1% mulheres (EUDiF, 2020).

Política e institucionalmente, é caracterizado como um Estado frágil devido a sua evolução política conflituosa desde a independência (PNUD, 2020), constrangido por quatro golpes e dezassete tentativas de golpe de Estado desde a independência de Portugal em 1974<sup>19</sup>, com uma frequência de realização das eleições acima da média na sub-região (Sangreman et al.,2008, p. 5), um total de nove eleições entre 1994 e 2021, dos quais, três presidenciais (2005, 2009 e 2019), três legislativas (2004, 2008, 2019) e três gerais (1994, 1999-2000 e 2014), cuja resultados são violados pela interrupção das legislaturas, dos mandatos presidenciais e demissões de governo (Jaló, 2023, p. 5; <sup>20</sup>), com exceção do

---

<sup>16</sup> Ver <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/country/guinea-bissau> consultado às 17:46 de 29 de agosto de 2023

<sup>17</sup> Ver <https://www.unfpa.org/data/world-population/GW> consultado às 19:04 de 29 de agosto de 2023

<sup>18</sup> Ver [Perfil do país | WDI Central \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/perfil-do-pais) consultado as 19:57 de 29 de agosto de 2023

<sup>19</sup> Ver <https://www.dn.pt/internacional/pr-houve-tentativa-de-golpe-ou-nao-na-guine-bissau-e-qual-o-papel-da-cedeao-14571066.html> consultado às 22:19 de 29 de setembro de 2023

<sup>20</sup> Ver <http://www.cne.gw/#> consultado às 23:19 de 29 de setembro de 2023

presidente José Mário Vaz, o único a completar o seu mandato desde 1999, apesar da crise política persistente ao longo de quatro anos do seu mandato<sup>21</sup>. À parte, as disposições constitucionais (Bappá, 2017, p. 12), a corrupção e tráfico de drogas<sup>22</sup> são considerados, também, gatilhos da instabilidade. Este cenário de instabilidade política leva Bordonaro (2009, p. 37) a reverteer teorias sobre o fracasso e a diminuição do papel do Estado em África, assumindo que o Estado na Guiné-Bissau, mais do que fraco, é “uma ficção jurídica e sociológica desprovida de qualquer soberania ou autoridade política e moral que possa sobreviver para além da sua existência empírica, sustentada pela ajuda económica externa e por regulamentos e acordos internacionais”. Economicamente, o desempenho do país tem oscilado entre programas e políticas económicas fracassadas. A insustentabilidade dos planos de desenvolvimento de iniciativa nacional de (1977) com orientações claramente protecionistas, incitou o estabelecimento de contactos com o Banco Mundial e o FMI, tendo surgido nesse âmbito, o I ° Plano de Desenvolvimento para 1983-86 que incluía o Programa de Investimento Público (PIP) e Programa de Estabilização Económica (PEE), ao que se seguiu o Plano Anual de 1986, o II° Plano Nacional de Desenvolvimento para 1988 interpelado pelo Programa de Estabilização e Ajustamento Estrutural 1987 – 1989, com reformas orientadas para a liberalização económica, cujo fracasso levaram ao surgimento do Programa de Ajustamento de 1994- 97, ao que se seguiram o Programa Nacional de Desenvolvimento (PDS) 1995, a estratégia de 1996 - Djitu Tem 2025, o primeiro Documento de Estratégia Nacional de Apoio à Redução da Pobreza 2004-2007 (DENARP I), o segundo Documento de Estratégia Nacional de Apoio à Redução da Pobreza 2011-2015 (DENARP II), Plano Estratégico e Operacional do Governo Terra Ranka 2015-2025 (Sangreman, 2016; Bussmann et al., 2005). A economia do país é baseada no setor agrícola, que constitui 60 % do PIB e 90 % das exportações (BM, 2009). Em 2022 a economia enfrentou um revés de 3.5% face aos 6,4% em 2021, tendo a inflação aumentado de 3,3% em 2021 para 7,8% em 2022, o défice orçamental global caído marginalmente de 5,5% do PIB em 2021 para 5,2% em 2022, a despesa total do governo diminuído ligeiramente, de 24,5% do PIB em 2021 para 23,3% em 2022 e a dívida pública atingiu 80,2%<sup>23</sup>. Sendo o PIB per capita de 775.8 USD e a taxa de pobreza de 21, 7%, com 47.7 da população a viver com US\$ 2,15 por dia<sup>24</sup>.

Segundo Ahmad Alhendawi, antigo enviado da juventude das Nações Unidas, à *Africa Renewal*, a África não dispõe de um dividendo demográfico, senão um significativo aumento da população em idade ativa, porque dividendo pressupõe investimento.<sup>25</sup> O mesmo podemos dizer da Guiné-Bissau, avaliando as deficiências no sistema educativo, de saúde e económico. Os jovens são considerados

---

<sup>21</sup> Ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/mario-vaz-permanece-frente-da-presidencia-da-guine-bissau> consultado às 23:06 de 9 de outubro de 2023

<sup>22</sup> Ver <https://freedomhouse.org/country/guinea-bissau/freedom-world/2023> consultado às 23:33 de 29 de setembro de 2023

<sup>23</sup> Ver <https://www.worldbank.org/en/country/guineabissau/overview> consultado às 06:20 de 30 de setembro de 2023

<sup>24</sup> Ver <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau?view=chart> consultado às 00:14 de 30 de setembro de 2023

<sup>25</sup> Ver <https://www.un.org/africarenewal/magazine/special-edition-youth-2017/youth-dividend-or-ticking-time-bomb> consultado às 18:18 de 30 de setembro de 2023

vulneráveis, estando presos no “moratorium social” em consequência da marginalização económica e social (PNUD, 2009, p. 25), com uma percentagem de desemprego (15-34) anos de idade de 10,3%, superior as restantes faixas etárias, apesar de serem os mais instruídos (com pelo menos o nível secundário). Igualmente, a subutilização da mão de obra afeta mais os jovens entre 15-24 anos (31,6%) e 15 -34 anos (21,2%), sobretudo aqueles com ensino superior, dos quais 31,9% e, constituem 49.1% da população inativa<sup>26</sup> (INE, 2017/2018, pp. 36-37). Quase metade dos jovens da Guiné-Bissau são alfabetizados (48%) e a taxa é superior entre os jovens do sexo masculino (57%) comparado aos do sexo feminino (46%), com o nível de competências em TIC no país relativamente baixo (6%) por cento dos jovens têm essas competências (UNICEF & governo da Guiné-Bissau, 2021). A educação na Guiné-Bissau é constrangida por recursos limitados, com menos de 2% do PIB atribuídos ao sector, razão pela qual, o sector está fortemente depende do apoio dos doadores (BM, 2017). A saúde continua a ser uma prioridade secundária para a despesa pública, sendo que as despesas do governo com a saúde calculadas em percentagem do PIB estão em cerca de 1%. Os gastos remanescentes são financiados por doadores e através de pagamentos diretos feitos pelos pacientes, com taxas que parecem ser as mais altas da África Ocidental, o sistema de saúde do país continua fortemente dependente de doadores e a prevalência de VIH entre as pessoas entre 15-49 anos de idade é de 3,7 por cento (UNIOGBIS-SDH -ACNUDH, 2017).

De acordo com conclusões do PNUD (2009, p. 25), o desemprego afeta mais os jovens urbanos do sexo masculino porque aspiram entrar no mercado de trabalho formal, por um lado e, por outro, pelo papel do género no mercado de trabalho, preferindo manter-se ociosos a envolver-se em trabalhos que são vistos como tradicionalmente femininos, pelo que jovens mulheres dominam o mercado informal. Nessa perspetiva, os jovens afetados pelo desemprego, procuram frequentemente acesso à rede patrimonial, apadrinhamento ou associação com “homi-garandi”, homem adulto com reconhecido estatuto social em busca de benefícios para melhoria das condições de vida, como emprego, com base em laços familiares e étnicos.

A Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) não tem nenhuma disposição legal concreta sobre a juventude, entretanto, enquanto cidadãos, gozam de direitos, liberdades e garantias equiparadas a outras franjas da sociedade. Salienta-se o artigo 44º (1) que reserva o direito de exercício da cidadania ativa a todos os cidadãos, ressalvando no ponto (2) que o exercício da cidadania não pode ser circunscrito sob fundamentações políticas em nenhuma circunstância. Entretanto, como signatária de importantes diplomas internacionais em matéria da juventude, tem um comprometimento efetivo com o empoderamento da juventude através da Carta Africana da Juventude, assinada e ratificada em junho e julho 2008, respetivamente <sup>27</sup> cuja diretivas no seu 12º ponto, incentiva os Estados membros a criação de uma política nacional da juventude para a prossecução dos objetivos da carta. A Política Nacional da

---

<sup>26</sup> A população inativa engloba camadas populacionais, nomeadamente, crianças, alunos e estudantes, pensionistas, homens e mulheres em casa, pessoas com deficiência que não estão nem empregadas nem desempregadas, devido uma deficiência física ou idade (muito jovens ou muito velhas) ou motivos pessoais, não podem trabalhar ou não desejam trabalhar (INE, 2017/2018, P. 33).

<sup>27</sup> [https://youthpolicy.org/library/wp-content/uploads/library/2014\\_AU\\_Youth\\_Charter\\_Signatories\\_Eng.pdf](https://youthpolicy.org/library/wp-content/uploads/library/2014_AU_Youth_Charter_Signatories_Eng.pdf)

Juventude da Guiné-Bissau criada em 2015 tornou-se o programa de referência do país em matéria da juventude, embora os parceiros de desenvolvimento sejam os principais vetores das redes juvenis através de programas e investimento no empoderamento da juventude (ver PNUD, 2022).

#### 4. Resultados e análise

No presente estudo, pretendemos verificar se a participação política da juventude guineense vai na mesma linha das conclusões da 6ª ronda de pesquisas do Afrobarómetro, que consideram a juventude africana menos engajados que os mais velhos. Primeiro, investigamos a perspectiva de duas cortes de idade (jovens de 15 a 35 anos e adultos de 36 a 60) a nível geral, em segundo lugar, dos atores políticos tradicionais (partidos políticos), em terceiro lugar das organizações juvenis partidárias e, por último, organizações juvenis da sociedade civil sobre diversas questões que permitem medir o nível de participação política dos jovens. Portanto, as quatro categorias de entrevistados foram selecionadas pelo envolvimento direto com os objetivos do nosso estudo, situando os jovens na política em diferentes perspectivas. A nível geral, 58 respondentes pertencem à faixa etária de 15-35, dos quais 41 homens e 17 mulheres e, anos e 20 a faixa etária de 36-60, duas faixas etárias que permitem estabelecer uma visão comparativa sobre a participação dos jovens em processos políticos formais.

**Figura 1. Característica dos nossos respondentes**

Amostra geral 77 entrevistados	Idade	Género		Nível académico		Estatuto profissional			
		M	F	Liceu	Superior	Em.	Des.	Ind.	Est.
58	15-35	42	16	7	51	2	6	4	46
20	36-60	16	4	1	19	15	-	3	2
Líderes das organizações juvenis de partidos políticos 1 entrevistado	Idade	Género		Nível académico		Estatuto profissional			
		M	F	Liceu	Superior	Em.	Des.	Ind.	Est.
	37	1		-	1	-	-	1	-
Líderes das Organizações juvenis da sociedade civil 5 entrevistados	Idade	Género		Nível académico		Estatuto profissional			
		M	F	Liceu	Superior	Em.	Des.	Ind.	Est.
	15-35	5			5	2	-	-	3
Líderes de Partidos Políticos 1 entrevistado	Idade	Género		Nível académico		Líder de que partido			
		M	F	Liceu	Superior	Em.	Des.	Ind.	Est.
	68	1		-	-	-	-	-	-

#### Definição de juventude

Os resultados da amostra ao nível geral, mostram que a faixa de transição etária definida a nível regional, como internacional, continua a ser restrita, para o âmbito nacional, considerando as evidências empíricas sobre a crise de transição etária dos jovens africanos, muito bem exposto em Honwana (2014). Na Guiné-Bissau, a juventude está presa nessa moratória de transição geracional conforme o relatório de Banco Mundial - BM (2009), segundo o qual a dependência económica e de apoio familiar torna a juventude guineense incapaz de “atingir as expectativas pré-estabelecidas pela sociedade, tal como casar-se e constituir sua própria família”, concluindo que isso pode levar a tensões geracionais como se observa em países da sub-região. Conforme boa parte dos nossos entrevistados, 15-40 é a faixa etária adequada para definir a juventude guineense, tendo alguns sugerido 15-60, 18-40, 18-45, 15-45,

apontando o contexto de socialização dos jovens como causa. Por outro lado, os nossos entrevistados da sociedade civil mostraram-se apegados ao intervalo de 15-35 anos, contrariamente ao nosso entrevistado das organizações juvenis partidárias, que defende o alargamento da faixa de transição etária para 15-40 anos o que nos chama a atenção para a desproporcionalidade da experiência dos jovens em contextos políticos convencionais e não institucionalizados. Nas organizações políticas não institucionalizadas, os jovens têm mais oportunidades de intervenção e de desenvolvimento das suas habilidades políticas do que nas organizações políticas convencionais, onde a ação dos jovens é moldada pela conveniência institucional e, por isso, o alargamento da faixa de transição etária representa uma oportunidade de beneficiar de oportunidades para jovens dentro do partido.

**Quadro 7. Preferências sobre faixas etárias de transição**

15-35	15-40	Outro
33 (42%)	33 (42%)	12 (15%)

Passamos, então, a considerar o que as nossas categorias de amostra pensam sobre a juventude guineense. Três das categorias das nossas amostras fazem uma referência positiva à capacidade dos jovens e o seu engajamento político. No entanto, são apontados como economicamente dependentes, o que em certa medida justifica que sejam politicamente marginalizados, como apontam as respostas dos nossos entrevistados. Entretanto, o nosso entrevistado das organizações dos partidos políticos disse não concordar, nem discordar que sejam capacitados, economicamente independentes, politicamente engajados ou marginalizados, mas afirma que

“... na verdade nunca houve uma política séria na capacitação juvenil e no seu enquadramento; economicamente grande parte depende dos pais porque há cerca de 80% de entre eles desempregados. Na política são os próprios que se autoexcluem participando só nos momentos de campanhas eleitorais”.

Por outro lado, não concorda que os jovens estejam preparados para assumir cargos de liderança, justificando-se com o seguinte argumento: “De entre tudo isso está o fator de valorização do ensino e aprendizagem”. Relativamente ao fator marginalização, um dos nossos entrevistados das organizações da sociedade civil afirmou que “A juventude é levada em conta nos partidos mais nos momentos das eleições”. O nosso entrevistado das organizações juvenis partidárias, apontou a velha geração como entrave a sua ascensão no partido, tendo afirmado “os mais velhos”. Pode-se aferir que há uma perceção contraditória da marginalização política entre as duas gerações. A afirmação do nosso entrevistado dos partidos políticos, reforça a tese de apatia política dos jovens, quando os jovens guineenses, por vários tipos de limitações, não conseguem integrar plenamente na política como referenciado no diagnóstico do setor da juventude da Política Nacional da Juventude da Guiné-Bissau (2015, p. 15): “os défices em

termos de descentralização e de democracia participativa são igualmente salientados pelos jovens como sendo limites à sua participação na vida pública”, para além das limitações económicas que enfraquecem a sua participação na esfera pública nacional e internacional.

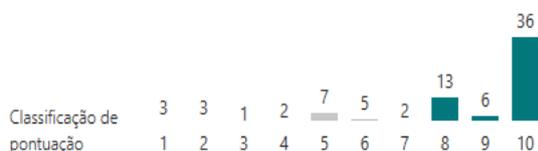
**Quadro 8. Eficácia da juventude**

	Concordo	Concordo plenamente	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Capacitada	44,9%	17,9%	19,2%	11,5%	6,4%
Economicamente independente	11,5%	6,4%	38,5%	26,9%	16,7%
Politicamente engajado	38,5%	14,1%	26,9%	19,2%	1,3%
Politicamente marginalizado (excluído)	35,9%	25,6%	23,1%	12,8%	2,6%

Interesse na política de 1 (muito pouco) a 10 (muito)

71% classificado entre "8 - 10" para esta pergunta

Distribuição de pontuação



**Figura 2. Gráfico de classificação de interesse na política**

Dos 36 que revelaram o nível máximo de interesse na política, 29 são os da faixa etária de 15-35 anos, no entanto, isso não significa que os da faixa etária de 36-60 anos sejam menos interessados na política, porque a nossa amostra é dominada por jovens. Porém, isso mostra que os jovens têm tanto interesse na política, quanto eles.

Os nossos entrevistados a nível geral concordaram que a democracia é a melhor forma de governo, mas, relatam um certo ceticismo em relação as instituições políticas convencionais, ao avaliarmos o nível de confiança nas instituições políticas numa classificação de pouco, nenhum, mais ou menos ou muita, chegamos a conclusão de que os líderes políticos, os partidos políticos, o parlamento (Assembleia Nacional Popular), nessa ordem, alimentam a desconfiança dos cidadãos em relação à política convencional. Questionados sobre a Comissão Nacional de Eleições (CNE), 55,3% revelaram pouca confiança, 25% nenhuma, 11,8% mais ou menos e 7,9% muita, o que revela a desconfiança dos cidadãos em relação aos processos eleitorais e suas instituições.

**Quadro 9. Confiança nas instituições políticas**

	Nenhuma	Pouca	Muita	Mais ou menos
Nos Partidos Políticos	19,2%	48,7%	23,1%	9%
Elite política	42,7%	45,3%	5,3%	6,7%
ANP	28,4%	47,3%	9,5%	14,9%
CNE	24,7%	55,8%	7,8%	11,7%

**Quadro 10. Confiança na imprensa nacional**

	Nenhuma	Pouca	Muita	Mais ou menos
Rádios	3,8%	46,2%	30,8%	19,2%
Jornais	12,8%	35,9%	35,9%	15,4%
TGB	28,2%	52,6%	6,4%	12,8%

Foram questionados sobre questões-chave para a democracia e para a juventude através de quatro questionários com muito pouca diferenciação. Dentre as questões respondidas pelos 78 entrevistados a nível geral, destacamos as expectativas sobre a ligação aos políticos.

Durante a campanha, o que espera que os partidos lhe ofereçam?

	Dinheiro	3
	Bens alimentares	4
	Utensílios domésticos	3
	Trajes de campanha	7
	Outros	24
	Nada	52

### **Engajamento político**

Os nossos entrevistados das organizações juvenis partidárias e da sociedade civil concordam que a desigualdade de género influencia a participação política dos jovens, tendo alguém justificando que é por questões culturais. Entretanto, as suas opiniões diferem sobre o engajamento político dos jovens a nível urbano e rural. O nosso entrevistado das organizações juvenis partidárias considera a juventude rural mais engajada, justificando que estes sentem mais efeitos da má governação, enquanto os da sociedade civil, opinam o contrário, suscitando em nós o debate sobre o monopólio das verbas e oportunidades de programas juvenis promovidos por parceiros de desenvolvimento e organizações internacionais nos centros urbanos, ficando a juventude rural cada vez mais à margem, contrariamente às políticas de mobilização dos partidos políticos que veem os cidadãos rurais, incluído jovens, como um importante eleitorado, porque o nível de educação é determinante nessa matéria.

De acordo com Lekalake & Gyimah-Boadi (2016), contrariamente à tese de que o interesse e discussão sobre política aumentam com a educação, já a participação eleitoral diminui com os níveis de educação e segurança material mais altos, assim, jovens rurais podem ser mais ou menos engajados, dependendo do contexto de participação política. Por exemplo, apontam que jovens rurais são mais propensos a participação em comícios e na votação. O que é revelado na nossa pesquisa, em que questionados sobre o comparecimento nas eleições de 2014, 2018-19 e 2023, alguns dos nossos entrevistados, declararam ter ou não votado com as seguintes justificações: *“pela última eleição recenciei e depois decide não votar porque nenhum partido político demonstrou seriedade com problemas reais deste povo”*; *“Não votei nas últimas eleições, porque acho que o país está sequestrado por uma banda politica criminosa”*; *“É uma questão democrática e de fazer ganhar o projeto político que eu achei o melhor para o país”*; *“Cumprindo um dever cívico, e procurar alternar o poder com objetivo de conseguir líderes políticos que respondem a necessidade pública”*; *“Por ser única forma de escrutinar, sancionar os políticos”*.

Enquanto em outros países há uma queda do comparecimento eleitoral dos jovens, como revelam conclusões da 6ª ronda de pesquisas do Afrobarómetro, na Guiné-Bissau essa queda não é alarmante, considerando os dados dos ciclos eleitorais e os resultados da nossa pesquisa.

### **Vínculo com partidos políticos e organizações da sociedade civil**

Sim 53 (68%)

Não 25 (32%)

### **Participação em atividades políticas partidárias**

Comício 58 (45%)

Outra ação de campanha 38 (29%)

Algum trabalho para candidato ou partido 33 (26%)

### **Comparecimento eleitoral**

	Sim	Não
2014	78,2%	21,8%
2018/2019	76,9%	23,1%
2023	64,1%	35,9 %

A política não institucionalizada é uma proeminente forma de participação política na Guiné-Bissau que, envolve tanto a juventude, como os adultos. De acordo com Ploegstra (2018), a frustração com a política tradicional levou os jovens tunisinos a refugiar na sociedade civil, esperando que desse lado possam produzir mudança. O mesmo podemos dizer da Guiné-Bissau, considerando os impactos da sua evolução política e económica na vida da juventude. Semedo (2020, p. 15) refere que a abertura

democrática contribuiu para a emergência de organizações associativas, dentre as quais, juvenis, na tentativa de influenciar o paradigma democrático vigente, mencionando na sua asserção dois episódios importantes da intervenção política juvenil, a manifestação em confronto ao intento militar que depôs o então chefe do Estado-Maior, contra-almirante José Zamora Induta e a deteve o então primeiro ministro, Carlos Gomes Júnior em 2010 e o surgimento de quatro movimentos protagonizados por jovens: o Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI), Bassora di Povu, O Cidadão e Voz do Cidadão do Mundo, que nasceram em contestação da crise político institucional vigente na altura. Barros (2014) cita o rap como uma das formas de participação política não institucionalizada entre a juventude guineense que teve a sua génese, enquanto movimento, num programa radiofónico emitido pela rádio Pindjiguiti em 1996 e depois foi levada para os palcos. Aponta-o como um movimento de intervenção política contra a opressão e regime político vigente. Entretanto, com a emergência das redes sociais, o impacto do rap como espaço de contestação social vem perdendo caráter, até porque o conteúdo musical da geração atual de cantores do rap é mais centrado em questões mundanas do que políticas como referido por Barros. De acordo com Ploegstra (2018), a frustração com a política tradicional levou os jovens tunisinos a refugiar na sociedade civil, esperando que desse lado possam produzir mudança. O mesmo podemos dizer da Guiné-Bissau, considerando que a desconfiança nas instituições políticas desperta a reticência dos jovens a essa forma de participação política e, por outro lado, na sociedade civil há mais facilidade de acesso, de liberdade de expressão e com o apoio dos organismos internacionais, desenvolvem autonomia e capacidade de promover mudança e de se empoderar.

A militância em alas juvenis dos partidos políticos é, também, uma das reconhecidas formas de participação política juvenil na Guiné-Bissau. A participação política partidária entre os jovens guineenses tem crescido. Desde o PAIGC ou o Partido da Renovação Social, partidos estabelecidos, a partidos com menos expressão política como União para a Mudança, Partido da Nova Democracia, Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau, todos congregam um grande número de militantes em idade ativa<sup>28</sup>. Em boa verdade, os nossos entrevistados revelaram o mesmo nível de interesse na política partidária, quanto na cívica, mas essa forma de participação política nem sempre é vista na perspectiva de empoderamento juvenil, é socialmente considerada uma forma de clientelismo político<sup>29</sup>, como observado por Ploegstra (2018), ao afirmar que, para além do ativismo estar em voga entre a camada juvenil, é um símbolo de respeitabilidade em sociedades onde a classe política é mal vista.

Verificamos que os nossos entrevistados responderam positivamente à participação em atividades políticas quanto cívicas. Apesar da fraca confiança nos líderes e partidos políticos, os jovens têm aderido a causas políticas e a partidos políticos. De acordo com Augusto (2008), o aumento do nível de escolaridade incentiva mais a participação não institucionalizada do que em partidos e instituições

---

<sup>28</sup> Ver <https://gnbissau.com/juventude/> consultado as 17:39 de 17 de agosto de 2023

<sup>29</sup> Ver [Guiné-Bissau: A onda de jovens candidatos a deputado – DW – 28/04/2023](#) consultada as 21:12 de 17 de agosto de 2023

políticas. Então, apesar do aumento do nível de escolaridade na Guiné-Bissau, por que há uma grande afluência de jovens a partidos e movimentos políticos? A resposta a essa questão poderá residir no facto de, na Guiné-Bissau, o Estado ser o maior empregador público, não realizando concursos públicos para a aquisição de recursos humanos, sendo, portanto, a forma mais fácil de conseguir emprego na função publica a adesão a instituições políticas.

### **Cotas e representação**

Cotas, como medida para remediar a sub-representação dos jovens na participação política, conta com a aprovação de todas as nossas categorias de amostra, tendo alguém da sociedade civil justificado que “Devido o sistema de emprego instalado que se consegue só quando integrar no partido” e das organizações juvenis partidárias, “corrigir a discrepância na representação política”. É necessário realçar que o nosso entrevistado dos partidos políticos não respondeu à questão, mas afirmou que “elas existem nos regulamentos e estatutos dos partidos como organização de massas no quadro partidário”.

**Quadro 11. Instituição de cotas para jovens**

Sim	Não	Talvez
52%	19%	29%

Sobre iniciativas de inclusão dos jovens em espaços de tomada de decisão, o nosso entrevistado dos partidos políticos declarou ter desencadeado alguma iniciativa a nível partidário para a inclusão dos jovens na tomada de decisão, mas não ao nível governamental. Já o respondente das organizações juvenis partidárias referiu que as suas ações enquanto líder para influenciar o engajamento políticos dos jovens foram advocacia a favor dos jovens a nível partidário e mobilização para militância partidária. Por seu turno, dos respondentes das organizações juvenis da sociedade civil, 3 apontaram advocacia para inclusão nos espaços de tomada de decisão e 1, contacto com estruturas estatais.

Sobre a articulação das estruturas de liderança com as organizações juvenis partidárias e da sociedade civil, respetivamente, o nosso entrevistado dos partidos políticos afirmou que “a grande parte dos partidos políticos não foram fundados com uma matriz política própria: ora são descontentes “ala” e dissidentes dos grandes partidos, ou são fundados para serem depois subjugados ao interesse e vontade de quem permitiu a sua criação. Pois então ... Acha que esses partidos estarão politicamente em condições de uma política séria de desenvolvimento para a juventude?”. Os respondentes das organizações juvenis da sociedade civil afirmam que nem sempre há uma boa sinergia entre o governo e as organizações juvenis da sociedade civil, tendo alguém justificado que “contam com a juventude mais nas atividades dos partidos políticos” e discordam que haja uma rede de relações partido/governo/líderes políticos para beneficiar alguns jovens nos projetos juvenis liderados pelo governo.

## Ativismo digital

O ativismo digital é uma das formas de participação política usual entre os jovens atualmente. As redes sociais são mais que espaços de lazer, entretenimento ou reconexão a rede de amigos. Tornaram-se uma esfera pública virtual que permitem aos usuários desenvolver ações políticas que chegam a influenciar a esfera pública real. Na Guiné-Bissau, o ativismo digital, através de aplicações de redes sociais, blogs e outros, tem sido a mais vulgar forma de participação política onde os cidadãos promovem debates cívicos e políticos e que em muitas ocasiões permite a diáspora guineense se expressar em dia sobre os assuntos badalados no país. As tabelas a seguir, revelam o envolvimento dos cidadãos guineenses com o ativismo digital, através de alguns indicadores.

**Quadro 12. Ativismo digital**

Em que ano teve o 1º contacto com?			É ativista?		Se é, que tipo de ativismo?		Tem uma página nessas redes sociais		
2000 a 2009	Internet 53,8%	Redes sociais 38,5%	Sim	Não	Político	26%		Sim	Não
			53%	47%			Facebook	98,7%	1,3%
2010 à atualidade	46,2%	61,5%			Cívico	44%	Twitter	50%	50%
					Outros	31%	Instagram	82,1%	17,9%
							Tiktok	60,3%	39,7%

**Quadro 13. Em que plataforma online se discute mais política na Guiné-Bissau?**

Facebook	Twitter	Instagram	Tiktok
72%	6%	8%	15%

**Quadro 14. Contribuição dos ativistas políticos guineenses?**

	Concordo	Concordo plenamente	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Debater programas de governação	28,2%	10,3%	20,5%	26,9%	14,1%
Fomentar polémicas	24,4%	50%	17,9%	2,6%	5,1%
Desinformar o público	28,2%	44,9%	21,8%		5,1%

Defender a elite e partidos políticos	37,2%	50%	7,7%	1,3%	3,8%
Sensibilizar o público	24,4%	14,1%	39,7%	14,1%	7,7%
Atacar figuras públicas	29,5%	53,8%	7,7%	3,8%	5,1%
Outro	23,1%	33,3%	26,9%	5,1%	11,5%

**Quadro 15. Áreas a privilegiar na governação**

	Concordo	Concordo plenamente	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
Criação de emprego	23,1%	75,6%	1,3%	-----	-----
Saúde	10,3%	89,7%	-----	-----	-----
Educação	9%	91%	-----	-----	-----
Empreendedorismo)	26,9%	69,2%	3,8%	-----	-----

## 5. Conclusão

A relação entre juventude e participação política tem alimentado um debate emergente na literatura acadêmica, assim como a preocupação das instituições políticas convencionais, devido as preferências dos jovens em termos de participação. A apatia política é o termo predominante nas abordagens sobre esta temática, mas recentemente, muitos autores têm contestado essa tese apoiando-se na teoria de participação política não institucionalizada. A participação política não institucionalizada é justificada em várias perspectivas como efeitos da marginalização dos jovens de instituições políticas convencionais e pela mudança de valores materialistas para pós-materialistas. Enquanto em alguns contextos, o afastamento é observado como uma escolha consciente dos jovens, em outras, como a africana e particularmente guineense, é justificado pelas barreiras culturais e contexto de socialização difícil. Enquanto em outras realidades os jovens estão mais envolvidos em “políticas de estilo de vida”, em “micropolíticas”, na Guiné-Bissau, apesar do compromisso com “micropolíticas”, a juventude continua a clamar por uma maior representação nos espaços de tomada de decisão, partidos políticos, parlamento e por consequência, governo.

É verdade que uma menor participação política implica o desempoderamento da juventude, mas é importante considerar se esse desempoderamento é uma consequência da impermeabilidade das esferas de poder político. As políticas e programas de incentivo a participação política juvenil mostram uma clara responsabilidade institucional nessa crise de representação e, por aí, essas iniciativas terão um impacto efetivo quando a geração no monopólio do poder abraçar este problema de fato. A ONU, UA, a CEDEAO têm revelado um compromisso com a problemática de sub-representação dos jovens, mas convenhamos que a estrutura política em África precisa de uma profunda reforma para a incorporação deste ideal até nos confins do continente, considerando que a marginalização, a sub-representação começa nas aldeias (tabancas), onde as barreiras culturais limitam a agência dos jovens e nos centros de poder, onde a luta geracional é instigada pela pouca oportunidade para o crescimento individual em consequência do fraco desenvolvimento dos países.

Na Guiné-Bissau os jovens continuam sub-representados nos espaços de tomada de decisão, embora acontecimentos recentes evidenciem a iniciativa dos decisores políticos em remediar esta situação. Entretanto, evidências deste estudo apontam que os jovens guineenses estão engajados política e civicamente, mas, isso não serviu para dissipar a ideia de imaturidade e incompetência juvenil da parte dos dirigentes políticos para limitar seu acesso a espaços de tomada de decisão, embora, em boa verdade, a eficácia política e competência profissional seja manifestamente razoável entre os jovens, o que é perfeitamente justificável pelo contexto de socialização da nova geração. A juventude guineense, como em muitos países africanos, teve um papel determinante na luta de libertação nacional e, é essa geração de jovens que lutaram pela independência que Gebremariam & Herrera (2016) designaram de “geração revolucionária” enquanto a geração atual, deram o nome de “geração contida”. A geração contida é caracterizada por Gyampo & Anyidoho (2019) como vítimas de um processo duo. Inclusivo, quando

cooptados como máquinas de votação ou soldados partidários contra adversários e exclusivo, por estarem na periferia de poder. Não obstante esse processo de inclusão e exclusão, a juventude guineense mostra um nível elevado de interesse e participação nos assuntos cívico e político, apesar de recorrentes afirmações de que os jovens não têm interesse em assuntos públicos, “só sinta na bancada”<sup>30</sup>, o que contribui para alimentar uma imagem de apatia e de fraco engajamento político dos jovens. Tendo em conta os dados obtidos no âmbito deste estudo, verificamos que, contrariamente a essas afirmações estereotipadas, os jovens têm tanto interesse político quanto os mais velhos, o que leva o cerne da questão para outros indicadores além da idade, já que os resultados mostram que não há nenhuma relação causal entre a idade e o interesse político dos nossos entrevistados, antes pelo contrário, evidencia uma ampliação do interesse pela política em consequência do maior nível de educação da nova geração e, tendo em conta que a escolaridade é um indicador que mais condiciona o interesse pela política. O ativismo digital através de redes sociais é apontado por Huyette (2017) como a esfera de influência da juventude guineense em paralelo com a música, também, identificado por Barros (2014) como espaço de autoexpressão juvenil e de contestação do poder político, formas de participação política não analisadas neste estudo. Entretanto, estudos futuros poderiam se focar mais nessas temáticas para apurar a agência política da juventude guineense.

---

<sup>30</sup> Do crioulo para português, significa que os jovens passam todo o tempo em espaços de lazer.

## Referências bibliográficas

- Abdu, S. D., Mohamad, B. & Muda, S. (2017). Participação Política Juvenil Online: O Papel do Facebook, Interatividade, Informação de Qualidade e Interesse Político. SHS Web de Conferências33,00080 (2017)
- Adebayo, J. O. (2018). Gerontocracy in African Politics: Youth and the Quest for Political Participation. *Journal of African Elections, Leicester 2017*, 140–161. <https://doi.org/10.20940/jae/2018/v17i1a7>
- Arquitetura de governança em África (2021). Guia para a Participação dos Jovens nos Processos Políticos e Eleitorais de África
- Augusto, N. M. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155–177. <https://doi.org/10.4000/rccs.658>
- Banco Africano de Desenvolvimento (2012). Acelerando a Resposta do BAD à Crise de Desemprego Juvenil na África. OSHD/EDRE
- Banco Mundial (2009). República da Guiné-Bissau: revisão dos Sectores Sociais. Documento No. 444427 – GW
- Bappá, H. Y. (2017). Por que a paz falha na Guiné-Bissau? Uma análise de economia política do Acordo de Conacri mediado pela CEDEAO. Friedrich-Ebert-Stiftung - Centro de Competência para Paz e Segurança na África Subsaariana
- Barrett, M. & Pachi, D. (2019). Engajamento cívico e político da juventude (1). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429025570>
- Barrett, M., & Brunton-Smith, I. (2014). Political and Civic Engagement and Participation: Towards an Integrative Perspective. *Journal of Civil Society*, 10(1), 5–28. <https://doi.org/10.1080/17448689.2013.871911>
- Binder, A., Heiss, R., Matthes, J., & Sander, D. (2021). Dealigned but mobilized? Insights from a citizen science study on youth political engagement. *Journal of Youth Studies*, 24(2), 232–249. <https://doi.org/10.1080/13676261.2020.1714567>
- BM (2009). Revisão dos Sectores Sociais - GW REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Documento. No. 444427, Desenvolvimento Humano II, Região da África
- BM (2017). Autonomia escolar e responsabilização. Relatório nacional SABER 2017
- Bordonaro, L. (2009). Guiné-Bissau Hoje - A Irrelevância do Estado e a Permanência da Mudança. *Revisão de Estudos Africanos*, 52 (2)
- Bourdieu, P. (1984). JUVENTUDE" É APENAS UMA PALAVRA. *Questões de sociologia*, 143-154, les éditions de minuit
- Bussmann, M., Schneider, G. & Homeier, N. W., (2005). Liberalização Económica Estrangeira e Paz: O Caso da África Subsaariana. *ECPR-Consórcio Europeu para Pesquisa Política*, Vol. 11(4): 551–579 [DOI: 10.1177/1354066105057900]

- Causadias, J. M., & Umaña-Taylor, A. J. (2018). *Reenquadrando a Marginalização e o Desenvolvimento Juvenil: Introdução a edição especial*. *American Psychological Association* 73(6), 707–712. <https://psycnet.apa.org/record/2018-43153-001>
- Cincotta, R. (2008 – 2009). Meia chance: aumento da juventude e transições para a democracia liberal. *RELATÓRIO ECSP • QUESTÃO 13*
- Dambo, T. H., Ersoy, M., Eluwole, K. K., & Arikewuyo, A. O. (2022). Political Marginalization of Youth in Nigeria and the Use of social media to Pursue Inclusivity: A Study of #NotTooYoungToRun. *Political Science Quarterly*, 137(1), 99–123. <https://doi.org/10.1002/polq.13312>
- Doutor, C. (2016). Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. *Última Década*, Proyecto Juventudes, n°45, 159-174
- Doutor, C. (2019). Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e práticas culturais: perspectivas e reflexões. *Última Década*, 24(45), 159-174. <https://ultimadecada.uchile.cl/index.php/UD/article/view/54186>
- Duchak, O. (2014). Marginalização dos jovens na sociedade. *Cartas Internacionais de Ciências Sociais e Humanísticas*, Vol. 29, páginas 70-79 doi: 10.18052/www.scipress.com
- ECREEE (2015) Rede para energia jovem. Programa de concessão. Iniciativa da CEDEAO sobre liderança juvenil e desenvolvimento em energia
- Esser, F. (2007). Comparando o engajamento político dos jovens eleitores nos Estados Unidos e na Europa. *American behavioural scientist*, 50(9), 1195–1213.
- EUDiF (2020). Mapeamento do envolvimento da diáspora Guiné-Bissau. <http://www.diasporadevelopment.eu/>
- Farthing, R. (2010). The politics of youthful antipolitics: Representing the “issue” of youth participation in politics. *Journal of Youth Studies*, 13(2), 181–195. <https://doi.org/10.1080/13676260903233696>
- FNUAP (2013). Estratégia do FNUAP para Adolescentes e Jovens: Realizando plenamente o potencial de Adolescentes e Jovens
- FNUAP (2023). Oito mil milhões de pessoas: Um horizonte infinito de oportunidades, defesa dos direitos e da liberdade de escolha. Situação da população mundial em 2023
- Fortune, F., & Ismail & Stephen, M. (2015). Rethinking Youth, Livelihoods, and Fragility in West Africa: One Size Doesn't Fit All. Fragility, Conflict, and Violence Group, World Bank document 98899
- Fundação Mo Ibrahim (2023). Global África: África no Mundo e o Mundo em África,
- Gebremariam, E.B., & Herrera, L. (2016). Sobre o Silenciamento da Próxima Geração: Legados da Revolução etíope de 1974 no Engajamento Político dos Jovens. *Estudos do Nordeste Africano* 16(1), 141-166. <https://doi.org/10.14321/nortafriestud.16.1.0001>
- Gyampo, R. E. V., & Anyidoho, N. A. (2019). Youth Politics in Africa. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 3(March), 1–19. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.716>

- Gyampo, R. E. V., (2023). A Juventude e a Ideologia Política na política ganense: O Caso da Quarta República. *Desenvolvimento de África*, 37 (2), 137 – 165 <https://doi.org/10.57054/ad.v37i2.949>
- Gyampo, R. E. Van. (2012). A juventude e a ideologia política em Gana: O Caso da Quarta República. *Desenvolvimento da África*, Vol. XXXVII, 137–165.
- Harris, A., Wyn, J., & Younes, S. (2010). Beyond apathetic or activist youth: “Ordinary” young people and contemporary forms of participation. *Young*, 18(1), 9–32. <https://doi.org/10.1177/110330880901800103>
- Henn, M., & Foard, N. (2014). Social differentiation in young people’s political participation: The impact of social and educational factors on youth political engagement in Britain. *Journal of Youth Studies*, 17(3), 360–380. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.830704>
- Henn, M., Weinstein, M. & Forrest, S. (2005). *Jovens desinteressados? Atitudes dos jovens face à Política Partidária na Grã-Bretanha. POLITICAL STUDIES*, 53, 556–578.
- Henn, M., Weinstein, M. & Wring, D. (2002). Uma geração à parte? *Juventude e participação política na Grã-Bretanha. Jornal Britânico de Política e Relações Internacionais*, 4 (2), 167–192. <https://doi.org/10.1111/1467-856X.t01-1-00001>
- Honwana, A. (2014). Juventude, Waithood e Protestos Sociais em África. Em L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava & A. Francisco (Eds), *Desafios Para Moçambique 2014* (399–412). IESE. <http://www.iese.ac.mz/>
- Huyette, M. (2017). Qual esfera de influência para a Juventude na Guiné-Bissau de 2014 a julho 2017? Uma análise de liderança. (Dissertação de mestrado - King's College London)
- Ikelegbe, A., & Garuba, D. (2011). *Ameaças e potenciais regionais*. Em T. Jaye, D. Garuba & S. Amadi (Eds), *A CEDEAO e a dinâmica do conflito e da construção da paz* (97–114). CODESRIA.
- INE (2019). Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI) Guiné-Bissau, 2017-2018. Relatório final
- Instituto Nacional de Estatísticas-INE da Guiné-Bissau (2014). Relatório de apresentação das projeções da população da Guiné-Bissau de 2014 a 2063
- Ismail, O., & Olonisakin, F. (2021). Why do youth participate in violence in Africa? A review of evidence. *Conflict, Security and Development*, 21(3), 371–400. <https://doi.org/10.1080/14678802.2021.1933035>
- Iwilade, A. (2013). Crisis as opportunity: youth, social media and the renegotiation of power in Africa. *Journal of Youth Studies*, 16(8), 1054–1068. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.772572>
- Kamau, S. C. (2017). Engajamento democrático na era digital: juventude, mídia social e política participativa no Quênia, *Communicatio*, 43:2, 128-146, DOI: 10.1080/02500167.2017.1327874Mikhailova, 2018).
- Kipo-Sunyehzi, D.D., Lambon, P.J., Boamah, F. & Ahorsu, K. (2023). Mecanismos de Monitorização e Avaliação das Políticas de Juventude da CEDEAO: Evidências do Gana. *Jornal de prática e pesquisa política*, <https://doi.org/10.1007/s42972-023-00091-8>

- Kissau, K., Lutz, G., & Rosset, J. (2012). Unequal representation of age groups in Switzerland. *Representation*, 48(1), 63–81. <https://doi.org/10.1080/00344893.2012.653241>
- Lee, R. & Mason, A. (2006). O que é o dividendo demográfico? *Finanças e Desenvolvimento*, Volume 43(3) 2-9. Fundo Monetário Internacional. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/09/basics.htm>
- Lee, S., Cho, J., & Kim, S. (2023). Pathways to Youth Political Participation: Media Literacy, Parental Intervention, and Cognitive Mediation. *Mass Communication and Society*, 26(1), 99–121. <https://doi.org/10.1080/15205436.2022.2122846>
- Lekalake, R. & Gyimah-Boadi, E. (2016). Será menos engajado significa menos empoderado? A participação política está atrasada entre os jovens africanos, especialmente as mulheres. Documento de Política do Afrobarômetro nº 34, agosto de 2016
- Mikhailova, V. V. (2018). As novas tecnologias de informação e comunicação como fator de fortalecimento da participação política dos jovens. Consultoria de gestão nº 10 .2018, DOI 10.22394/1726-1139-2018-10-169-175
- Moeller, J., de Vreese, C., Esser, F., & Kunz, R. (2014). Pathway to Political Participation: The Influence of Online and Offline News Media on Internal Efficacy and Turnout of First-Time Voters. *American Behavioral Scientist*, 58(5), 689–700. <https://doi.org/10.1177/0002764213515220>
- Mycock, A. & Tonge, J. (2011). A Política Partidária de Cidadania Juvenil e Engajamento Democrático. *Assuntos Parlamentares* (2011)00,1–24, doi:10.1093/pa/gsr053
- Nobrega, A. (2003). A luta pelo poder na Guiné-Bissau. Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa
- Norris, P. (1 a 2 de outubro de 2004). Jovens e ativismo político: Da política de lealdade à política de escolha? [Comunicação]. Engajamento cívico no século XXI: Para uma agenda académica e prática, University of Southern Califórnia
- O’Toole, T., Lister, M., Marsh, D., Jones, S., & McDonagh, A. (2003). Tuning out or left out? Participation and non-participation among young people. *Contemporary Politics*, 9(1), 45–61. <https://doi.org/10.1080/1356977032000072477>
- Ojok, D. & Acol, T. (2017). Ligando os Pontos: Participação Política Juvenil e Violência Eleitoral em África. *Jornal da Democracia e Desenvolvimento Africano*, 1(2), 94-108, [www.kas.de/Uganda/en/](http://www.kas.de/Uganda/en/)
- Olaiya, T. A. (2014). Youth and Ethnic Movements and Their Impacts on Party Politics in ECOWAS Member States. *SAGE Open*, 4(1), 215824401452207. <https://doi.org/10.1177/2158244014522072>
- OMS (2015). Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências
- Paschou, M., & Mogollón, L. D. (2022). A Comparative Analysis of the Motivations of Youth Political Participation across Different Types of Activism. *Government and Opposition*, 1–21. <https://doi.org/10.1017/gov.2022.43>
- Peters, K. (2012). Juventude, Guerras e Violência na África Ocidental. *History Compass* 10(12), 879–888. <https://doi.org/10.1111/hic3.12012>

- Ploegstra, D. (2018). A participação política dos jovens após a Revolução Jasmine na Tunísia. *CIFE Estudos Mediterrânicos*
- PNUD (2022). Relatório anual Guiné-Bissau - O futuro que vemos hoje
- PNUD (2022). Tempos incertos, vidas instáveis A construir o nosso futuro num mundo em transformação. Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022
- PNUD, GEF & Governo da Guiné-Bissau (2011). Segunda comunicação nacional sobre as alterações climáticas na Guiné-Bissau. Relatório Final
- Qasem, A. L. A. (2013). Cinco barreiras para o envolvimento, tomada de decisão e liderança dos jovens nos partidos políticos do Iêmen. *Resonate! Yemen e Saferworld*.
- Quintelier, E. (2007). Diferenças na participação política entre jovens e idosos: Um estudo representativo das diferenças na participação política entre jovens e idosos. *Contemporary Politics*, 13(2), 165-180.
- Resnick, D. & Thurlow, J. (Eds.). (2015). Juventude Africana e a Persistência da Marginalização: Emprego, política e perspectivas de mudança (1). *Routledge, Taylor & Francis Ltd*.
- Resnick, D., & Casale, D. (2014). Young populations in young democracies: generational voting behaviour in sub-Saharan Africa. *Democratization*, 21(6), 1172–1194. <https://doi.org/10.1080/13510347.2013.793673>
- Sangreman, C. (2016). A POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL NA GUINÉBISSAU - 1974 – 2016. Working Paper CEsa CSG 146 / 2016
- Sangreman, C. et al., 2008, p.
- Sesay, M. G. (2022). Regional and sub-regional approaches to youth and youth-led movements in Africa: An examination of the policies of the African Union and its regional economic communities. *Youth-Led Social Movements and Peacebuilding in Africa*, 35–51. <https://doi.org/10.4324/9781003253532-3>
- Sloam, J., & Henn, M. (2019). A Revolução Silenciosa na Juventude Política. *Palgrave Studies in Young People and Politics, Youthquake 2017*, 43–69. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-97469-9>
- Soler-i-Martí, R. (2015). Youth political involvement update: measuring the role of cause-oriented political interest in young people’s activism. *Journal of Youth Studies*, 18(3), 396–416. <https://doi.org/10.1080/13676261.2014.963538>
- Sommers (2011). Governação, Segurança e Cultura: Avaliando o Aumento da Juventude em África. *Jornal Internacional de Conflito e violência*, Vol. 5 (2) 2011, pp. 292 – 303
- Stockemer, D., & Sundström, A. (2018). Age representation in parliaments: Can institutions pave the way for the young? *European Political Science Review*, 10(3), 467–490. <https://doi.org/10.1017/S1755773918000048>
- Tekindal, M. (2017). A posição da juventude em participação política. *Sosyal politika çalışmaları dergisi yıl: 17 sayı: 39 tarih: temmuz-aralık 2017 ss: 119-140 issn: 2148-9424*
- UIP (2014). A representação dos jovens nos parlamentos nacionais

UNICEF (2021). Relatório Anual do Escritório Nacional 2021 Guiné-Bissau

UNIOGBIS-SDH -ACNUDH (2017). Relatório sobre o direito à saúde na Guiné-Bissau

Urdal, H. (2012). Um choque de gerações. Nações Unidas, Divisão da População, nº 2012/1

van Deth, J. W. (2016). What Is Political Participation? *Oxford Research Encyclopedia of Politics*.  
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.68>

Weber, H. (2019) Estrutura etária e violência política: uma reavaliação da hipótese da “protuberância juvenil”, *International Interactions*, 45:1, 80-112, DOI: 10.1080/03050629.2019.1522310

Weiss, J. (2020). What Is Youth Political Participation? Literature Review on Youth Political Participation and Political Attitudes. *Frontiers in Political Science*, 2, 1–13.  
<https://doi.org/10.3389/fpos.2020.00001>

## **Anexos**

### **Anexo 1. Questionários para os líderes de Partidos Políticos**

Nome:

Idade:

Líder de que partido:

O que pensa da juventude guineense?

- Capacitados: Sim/Não
- Independentes: Sim/Não
- Interessados na política: Sim/Não
- Marginalizados (excluídos)? Sim/não/Porquê

**Considera que estão preparados para assumirem cargos públicos de relevo?**

Sim/não/porque

**Já desencadeou alguma iniciativa como líder para incluir os jovens nos espaços de tomada de decisão?**

A nível Partidário? Sim/Não/Quais/Porquê

Ao nível do governo? Sim/Não/Quais/Porquê

**De que forma as estruturas de liderança partidária se articulam com as camadas juvenis?**

**Enquanto líder, quais são as suas perspetivas para a juventude:**

A nível Partidário?

A nível central?

**Considera que o governo deve instituir cotas para jovens?**

## **Anexo 2. Questionário para líderes das Organizações Juvenis de Partidos Políticos**

Nome da organização:

Nome pessoal:

Sexo:

Idade:

Nível académico:

### **Estado profissional:**

Emprego Sim/Não

Desempregado Sim/Não

Trabalhador independente? Sim/Não/Qual

### **Considera que a democracia é a melhor forma de governo?**

Sim/não/ Porquê

### **Desde quando milita no partido?**

### **Qual foi a sua primeira função?**

### **Que intervalo de idade considera mais adequada para definir a juventude guineense?**

15/35 Sim/não/porque

15/40 Sim/não/porque

### **Enquanto líder juvenil, o que pensa da juventude guineense? São:**

- Capacitados: Sim/Não
- Independentes: Sim/Não
- Interessados na política: Sim/Não
- Marginalizados (excluídos)? Sim/não/Porquê

### **Acha que há diferenças na participação de jovens com base no género? Quais? A que acha que isso se deve?**

### **Qual foi a sua contribuição enquanto líder para influenciar o engajamento político da juventude guineense?**

Ações de capacitação? Sim/não/qual

Mobilização para militância partidária: Sim/não

Advocacia a favor dos jovens ao nível:

Partidário: Sim/não

Governamental: Sim/não

Organizações internacionais: Sim/não

Outras. Quais?

**Considera que o governo deve instituir cotas para jovens?**

Sim/não/porque

**Na sua experiência enquanto líder juvenil, quem considera mais engajado?**

Juventude urbana: Sim/não

Juventude rural: Sim/não

### **Anexo 3. Questionário para líderes das organizações juvenis da sociedade civil**

Nome da Organização:

Nome:

Sexo:

Idade:

Nível académico:

**Estatuto profissional:**

Emprego: Sim/não

Desempregado: Sim/não

Trabalhador independente: Sim/não/qual

**Considera a democracia é a melhor forma de governo?**

Sim/não/ Porquê

**Que intervalo de idade considera mais adequada para definir a juventude guineense?**

15/35:

15/40:

**Enquanto líder juvenil, o que pensa da juventude guineense?**

Capacitados: Sim/Não

Independentes: Sim/Não

Interessados na política: Sim/Não

Marginalizados (excluídos)? Sim/não/Porquê

**Acha que há diferenças na participação de jovens com base no género? Quais? A que acha que isso se deve?**

**Qual foi a sua contribuição como líder para influenciar o engajamento político da juventude guineense?**

Ações de advocacia para inclusão dos jovens nos espaços de tomada de decisão?

Contactos com partidos políticos?

Contactos com estruturas do Estado?

**Na sua experiência enquanto líder juvenil, quem considera mais engajado?**

Juventude urbana: Sim/não

Juventude rural: Sim/não

**Considera que o governo deve instituir cotas para jovens?**

Sim/não/porque

**Confirma a existência de uma rede de relações partido/governo/líderes políticos para beneficiar alguns jovens nos projetos juvenis liderados pelo governo?**

Sim/não/porque

**Há uma boa sinergia entre o governo e as organizações juvenis da sociedade civil?**

Sim/não/porque

**Que medidas considera mais urgentes para dar respostas aos anseios da juventude guineense?**